

I. INTRODUÇÃO

I.1 - Contexto histórico da fruticultura irrigada do submédio Vale do São Francisco.

Vale do São Francisco é denominação de uma área geográfica brasileira que permeia os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Alagoas, e a maior parte de sua extensão acompanha o rio São Francisco com uma área de aproximadamente 640 mil km², compreendendo 900 municípios e, uma população de 17 milhões de pessoas (Embrapa Meio Ambiente, 2001). A sua vasta extensão foi dividida em sub-regiões denominadas alto, médio, submédio e baixo do rio São Francisco, para delimitar também áreas produtivas da agricultura irrigada.

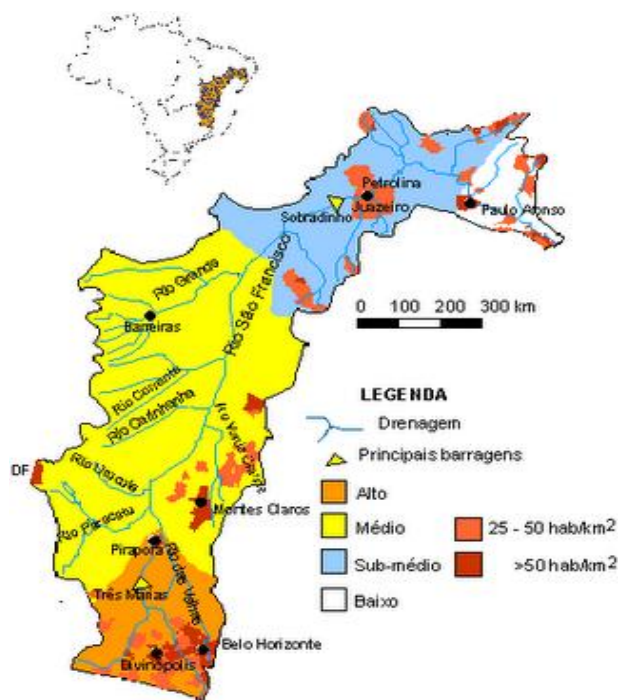


Figura 1. Bacia do rio São Francisco e sub-regiões.
Fonte: Imagem Google.

O submédio do Vale do São Francisco iniciou seu desenvolvimento agrícola na década de 40 com a ocupação de áreas para a criação de gado, por meio da prática da pecuária extensiva, e pela agricultura de vazante. A infraestrutura de estradas foi aberta com a finalidade de transporte bovino e o rio São Francisco transformou-se em meio de escoamento da produção local contribuindo para o fortalecimento do município de Juazeiro – BA como importantes centros comerciais de embarcações fluviais. Neste contexto surgem grandes latifundiários que concentram o poder político e centralizam as relações produtivas na atividade da pecuária bovina. Esta atividade econômica conduziu grande parte das contratações e dos postos de trabalho voltado para criação de gados. A agricultura de subsistência e a pesca artesanal também faziam parte do contexto da população local que se dividia entre estas atividades para sustentar suas famílias.

Posteriormente, inicia-se a transformação desta região para o contexto de comércio de mercadorias, levando-a a se tornar um forte entreposto rodoviário de transporte de mercadorias entre as regiões Sudeste e Norte do Brasil. Surge uma nova fase de desenvolvimento na década 70 com investimentos governamentais liderados pelo governo militar que visualizou o potencial hidroelétrico da barragem do município de Sobradinho – BA e estimulou a criação de projetos de irrigação com fins da agricultura irrigada de frutas (Fischer, 2000). Em 1971 o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) inicia suas políticas econômicas com estratégias de ação para o desenvolvimento do país por meio do desenvolvimento agrícola.

“Desenvolver a agricultura empresarial no Centro-Sul; tornar viável a agricultura nordestina (radicalização da estrutura agrária, introdução de novas tecnologias, irrigação, etc.), assentando-se esta ação especialmente sobre o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (Proterra) do Norte e Nordeste; modernizar estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas” (Gonçalves Neto, 1997, p.135, apud Fontes, 2006, p.61)

Tais ações estruturadoras focavam sua atuação na implantação de projetos de colonização, irrigação e fomento à agricultura para atender setores públicos e privados, sendo que seu objetivo central voltava-se para o estímulo e criação de atividades sócio econômica que atendesse a melhoria social das comunidades locais por meio da geração de emprego e renda proveniente da agricultura irrigada.

No entanto, a estruturação da atividade da fruticultura foi definida no Plano para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Planvasf) que conduziu suas ações conforme as mudanças dos mercados globais e de modernização agroalimentar para um sistema de áreas de produção substituindo à agricultura tradicional de sequeiro de forma excludente e não conciliadora (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006, p. 82). Assim as novas culturas vieram a substituir não apenas a produção de alimentos, mas também o modo de produção e o estilo de vida das comunidades locais.

I.2 - Contexto dos projetos de irrigação dos Pólos Petrolina e Juazeiro.

Em 1974, o Ministério da Integração Nacional criou a empresa pública CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba) objetivando promover o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba e intermediar ações com a iniciativa privada.

Em 1977 a CODEVASF:

“Desenvolve um projeto executivo visando implantar a agricultura irrigada como alternativa de desenvolvimento da região de Petrolina – PE e Juazeiro – BA como um pólo de desenvolvimento agrícola e seleciona uma área de 15.000 ha do Projeto Massangano que veio a ser chamado de NILO COELHO posteriormente” (DIPSNC, 2009).

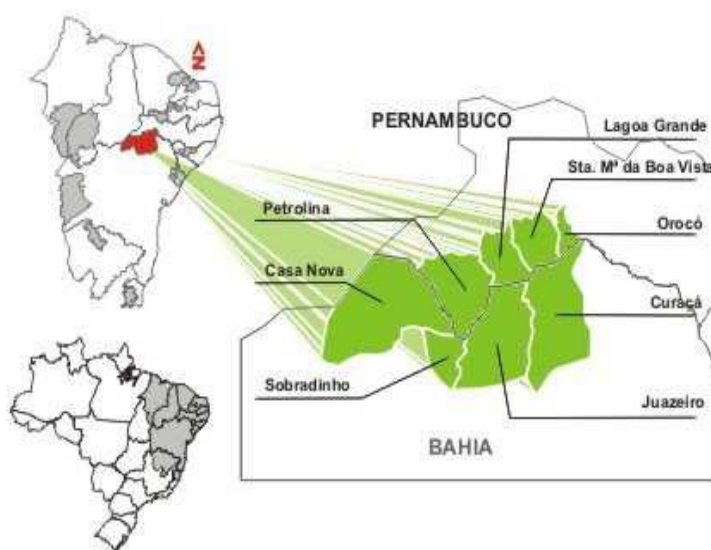


Figura 2. Localização do Pólo Petrolina-Juazeiro.

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - BNB (2005), apud SOBEL; ORTEGAS.

Na década de 80 a CODEVASF recebeu recursos do Ministério da Agricultura, na ordem de duzentos milhões de dólares, e iniciou as primeiras obras para a execução dos projetos de irrigação, que levaram quatro anos para serem concluídas. As obras abrangeram 41.000 ha, sendo 22.518 ha destinados à agricultura irrigada dos projetos de irrigação Senador Nilo Coelho (CODEVASF, 2009). Outras áreas foram incorporadas aos projetos Nilo Coelho, e estima-se que a área destinada para agricultura irrigada foi de 25 mil ha, o que proporcionou geração de 90.000 mil empregos diretos e indiretos (DIPSNC, 2009). Atualmente, em uma avaliação feita pela Superintendência Regional de Petrolina, estima-se que esta atividade emprega diretamente uma média de quatro pessoas por hectare de área plantada de uva de mesa, o que representa geração de alta empregabilidade na época da alta estação e colheita dos frutos em comparação, por exemplo, com a produção de manga, que é atividade muito desenvolvida na região, e que emprega diretamente duas pessoas por hectare (CODEVASF, 2010).

Na mesma década houve a distribuição, por meio da concessão ou doação, de lotes familiares dos projetos Senador Nilo Coelho e Maria Tereza com a finalidade da subsistência alimentar e financeira de suas famílias, sendo beneficiados 1.942 pequenos agricultores (DIPSNC, 2009). Outras fontes indicam que os projetos de irrigação Senador Nilo Coelho tiveram a ocupação de 2.005 pequenos agricultores (lotes familiares) e 175 pequenas, médias e grandes empresas (lotes empresariais) (Xavier; Costa; Costa, 2006, p. 221). Neste contexto são configuradas três categorias de grupos sociais entre empresários,

colonos e trabalhadores, que se relacionam conforme o interesse comum da produção agrícola e reivindicam espaços sociais conforme suas necessidades pessoais ou coletivas. (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006, p. 93).

Na década de 90, o poder público dá maior ênfase nas suas ações à captação de empresas do setor privado, surgindo várias ações governamentais de incentivo fiscal e favorecimento de terras para empresas privadas.

“O projeto (Senador Nilo Coelho) tem uma área de 15.000 ha em operação, com 1.457 lotes para área de colonização, que respondem por 60% da área irrigável, e 132 lotes para a área empresarial, com 40% desta mesma área, dividida em 11 núcleos.” (Souza; Brito; Neto; Soares; Nascimento, 2001, p. 204).

Segundo Bacelar (1997), esta região se destacou em termos comerciais após estes grandes investimentos públicos de infra-estrutura de captação e distribuição de água para fins da agricultura irrigada de frutas. Os frutos, oriundos das terras irrigadas, foram selecionados e planejados com características de alto valor comercial para mercados internacionais com alto poder aquisitivo. Este planejamento produtivo conduziu a uma mudança no perfil de desenvolvimento da região que visou atender as necessidades de consumo de europeus e norte-americanos. Assim as mudanças priorizavam os processos de produção que adotaram normas internacionais padronizadas e que exigiam altos padrões de qualidade em termos de formas, cores, texturas e maturidade das culturas como mangas e uvas de mesa.

Entre as conseqüências, que surgiram após estas ações, está o desestímulo dos pequenos agricultores (colonos) que começaram a revender seus lotes para trabalharem no setor privado das grandes empresas instaladas (Sobel; Ortega, p. 09). Atualmente, é possível encontrar pequenos produtores que deixaram de produzir por conta própria para serem assalariados de empresas agrícolas maiores localizadas nos mesmos projetos. Alguns ainda mantêm ligações com seus lotes familiares através da produção de alimentos para a subsistência familiar ou pela relação com seus filhos ou genros que receberam os lotes na divisão familiar das terras. As transformações apresentadas podem ser entendidas como reflexos do processo de mudança para o sistema de produção agrícola industrializado, focado na alta produtividade de algumas espécies, em sistema de monoculturas, apoiado em um sistema planejado de irrigação das terras (Fischer; Melo, 1996).

Para estes produtores a mudança na relação produtiva com a agricultura, passando da agricultura de subsistência para a agricultura moderna industrializada, representou alterações no estilo de vida cotidiano de trabalhadores, principalmente quando se trata das mulheres deste contexto do sertão e do semi-árido nordestino.

I.3 – A vida da mulher no contexto rural.

A vida humana é composta por inúmeras fases de desenvolvimento social que são difíceis de serem identificadas pontualmente e temporalmente pela

complexidade de variáveis econômicas, sociais e históricas que interagem ao longo do próprio processo. Não é tarefa simples questionar alguém sobre como percebem essas fases, cujas características, limites e transições, exatamente pela complexidade que se acabou de mencionar, não se revelam com absoluta nitidez para quem as está vivendo, sendo essa uma tarefa à qual o pesquisador deve se dedicar. No âmbito da temática que interessa ao estudo que aqui se relata, vale dizer que para estudar o conjunto de práticas que caracteriza qualquer contexto feminino, assim como as concepções das mulheres sobre essas práticas e sobre eventuais projetos para o futuro, alguns aspectos da vida cotidiana devem ser tomados como referência: características de seu envolvimento familiar, o que abrange companheiros, filhos e outros parentes; características do processo educacional que tiveram oportunidade de viver; e características do trabalho que cumprem, dentro ou fora de casa (Araújo; Scalon, 2005; Strey, 2007). Esses aspectos são fortemente influenciados por fatores históricos e contextuais que interagem de forma a pressionar o cumprimento de regras de conduta moral compatíveis com expectativas socioculturais desenvolvidas ao longo da história de sociedades urbanas ou rurais.

A interação com o contexto nas condições mencionadas acima influencia de forma decisiva os padrões de interação e a construção das experiências a partir das quais serão moldadas futuras decisões individuais ou coletivas dos indivíduos em questão. Entender as particularidades do ambiente favorece o entendimento da percepção das mulheres sobre suas relações com a família, amigos, colegas de trabalho e sociedade em geral.

I.3.1 – O ambiente rural familiar e o desenvolvimento da vida da mulher.

O ambiente rural familiar apresenta particularidades pelo fato de sua estruturação proporcionar a realização de atividades cotidianas nas quais se misturam relações sociais e atividades de trabalho de forma natural, sendo difícil separá-las. Essas atividades cotidianas envolvem a realização de tarefas voltadas para o consumo familiar, que são entendidas pelos membros da família como atividades diárias comuns e que integram o estilo de vida próprio de seus membros. A criança que se desenvolve no âmbito familiar rural, recebe instruções que em parte são similares às de qualquer outro ambiente familiar, mas com a diferença de que em tal ambiente informações e práticas sobre a produção de alimentos são corriqueiras, proporcionando aprendizagem de todos os aspectos da produção de alimentos como experiência de vida.

Nesse ambiente rural, a mulher, desde a fase infantil de sua vida, é envolvida em tal produção, mas sempre como apoiadora do sustento alimentar da família, o que cria uma diferenciação no valor atribuído às atividades consideradas próprias de cada sexo, na comparação com outros ambientes, pois ainda que exista a característica comum de maior valorização das atividades masculinas, fica bastante acentuada a condição de reduzida autonomia da mulher em relação a todos os aspectos de sua vida e da vida familiar (Cordeiro, 2006).

No ambiente rural tradicional, portanto, estão presentes condições que influenciam de forma específica a condição de vida da mulher. Nos estudos de

sociologia rural esse tipo de tema não é especialmente privilegiado, supostamente por se considerar que outras questões têm maior relevância, o que pode ser exemplificado pelos muitos estudos sobre a relação entre ações governamentais em frentes sociais, investimentos em infra-estrutura e criação de empregos, às vezes comparando ambientes rurais e urbanos (Siliprandi, 2004). Essa mesma autora desenvolveu estudo que vai em outra direção, no qual aborda diretamente o tema das diferenças das condições de vida das mulheres em ambiente urbano e rural. Ela comparou a percepção de mulheres urbanas e rurais sobre suas condições de vida e identificou que a vida das mulheres é mais difícil quanto às oportunidades de trabalho, ao rendimento salarial, à escolaridade, e à violência conjugal, em ambientes rurais.

“As rurais, têm uma percepção pior do significado de ser mulher que as urbanas – vêem mais coisas ruins em ser mulher, pela noção de terem que assumir mais responsabilidades e gozar de menos direitos (embora vejam também coisas boas). Ao mesmo tempo, reconhecem-se como lutadoras, como pilares de sustentação dessa mesma família e da sociedade, às quais se sentem fortemente ligadas” (Siliprandi, 2004, p. 131).

Outras características do ambiente rural, como a baixa densidade demográfica, a homogeneidade das sociedades rurais e sua baixa mobilidade na estrutura social (tal como apontado por Siliprandi, 2004) proporcionam restrições nas relações entre pessoas de diferentes grupos sociais e econômicos e fortalecem as relações entre membros do mesmo grupo social familiar ou de

comunidades rurais próximas. Este estado de limitação intensifica os laços familiares e exercício das relações de poder do homem sobre a mulher, sendo muito comum a atuação e a influência dos pais na condução de vida de seus filhos, e em particular das filhas.

Em relação à mencionada condição de limitação da mobilidade espacial, que é característica particular do ambiente rural, e que restringe as relações entre as pessoas ao convívio delimitado pela roça e pela comunidade onde moram, Cordeiro (2006) desenvolveu estudos em comunidades rurais familiares do sertão central de Pernambuco e concluiu que a restrição espacial é utilizada como um fator limitador de liberdade de pensamento, assim como da mobilidade e da ação das mulheres, o que reforça os padrões tradicionais de relações sociais entre os sexos, sendo o homem responsável pelo sustento financeiro da família e a mulher pela realização dos afazeres domésticos, e pelo cuidado com filhos e familiares (além do trabalho na roça, em muitos casos).

No contexto rural, a pressão por papéis de gênero não é exercida apenas pelo homem (companheiro ou filhos), mas também por vizinhos e membros da comunidade, o que cria um complexo ambiente cheio de obstáculos que limitam o desenvolvimento da liberdade de ação da mulher. Pode-se entender que a restrição ao ir e vir das mulheres contribui também para o controle da sexualidade feminina, e para regular suas condições de acesso ao trabalho, à saúde e à educação (Cordeiro, 2006).

Em tal ambiente qualquer aumento da mobilidade da mulher é temido pois sugere a conquista do exercício da liberdade de ação e a quebra de papéis atribuídos a cada sexo pela tradição comandada pelos homens. A percepção é de risco, ou seja, é de que a mulher que sai de casa se desvincilha dos serviços e responsabilidades domésticas, cria outros vínculos interpessoais e conhece outras pessoas fora da família e comunidade, além de desenvolver o sentido de liberdade de ação ao andar sozinha e ser livre para falar, pensar e viajar (Cordeiro, 2006, p. 159). O mesmo autor acrescenta:

“Se o espaço socialmente atribuído às mulheres na área rural está circunscrito à casa, ao grupo familiar e à comunidade a que pertence, cabe aos homens lidar com outros espaços sociais. Isso significa usufruir a liberdade de ir e vir e poder circular em outros lugares, comunidades vizinhas e cidades. Como compete aos homens a gestão da unidade familiar, a aquisição de equipamentos para o trabalho, a comercialização dos produtos e o comércio de terras, eles desfrutam de espaços e de relações inerentes a essas atividades – o comércio, a feira, as exposições, os bancos, além de órgãos públicos e programas governamentais. Homens jovens e adultos, têm mais liberdade que as mulheres para sair, beber com os amigos, ir a festas e jogos, não necessariamente acompanhados da família” (Cordeiro, 2006, p.158).

Ocorre que alterações nas condições econômicas de um ambiente implica modificações em vários outros aspectos, e esse é o caso da região em que a

presente investigação foi desenvolvida, na qual determinadas ações no âmbito de políticas públicas estimularam a injeção de mais recursos para a produção rural apoiada em irrigação, em associação com incentivos fiscais, gerando empregos e oferecendo aos interessados oportunidades de participar de treinamento para poder assumir tais empregos. Na região de Petrolina e Juazeiro, políticas públicas para a agricultura irrigada e a produção de manga e uva, resultaram em grande disponibilidade de empregos – empregos esses cuja natureza, em muitos casos, precisariam ser ocupados por mulheres, dada a limitação de mão-de-obra disponível. Nesse contexto, até então desconhecido na região, a nova configuração de interesses foi suficiente para superar tradições, e muitas mulheres passaram a poder optar pelo emprego na agricultura irrigada.

I.3.2 – A relevância do desenvolvimento educacional das mulheres no contexto rural.

O desenvolvimento do ser humano é fortemente influenciado, em termos de ampliação de horizontes, no que diz respeito ao acesso a informações sobre o mundo, pela experiência de participar de atividades escolares ao longo das diversas fases de vida. Quanto maior a quantidade de anos de freqüência com aproveitamento à escola, maior a chance de que a pessoa desenvolva a percepção de si como agente ativo em termos de participação nas atividades familiares e no dia-a-dia da sua comunidade (Stromquist, 2001), o que ganha especial relevância no caso do ambiente rural, especialmente quando estão em foco as mulheres. O processo educacional pode proporcionar às mulheres

ferramentas para alterar, a partir de processos individuais conjugados com ações coletivas, sua condição de vida em um ambiente no qual suas perspectivas sempre foram muito limitadas, o que se estende do controle sobre o próprio corpo como matriz reprodutiva até a capacidade de projetar seu próprio futuro em condições de torná-lo realidade.

O envolvimento com a educação vem ocupando mais espaço na vida das mulheres (Bruschini; Lombardi, 2010; Bruschini; Ricoldi; Mercado, 2008), porém a evolução e o aprimoramento de tal processo não depende apenas de desempenho pessoal, mas sim de um conjunto de circunstâncias propiciadoras (que envolvem aspectos culturais e econômicos no âmbito de cada família) nas quais estão envolvidas pessoas que precisam se esforçar para que um indivíduo execute de forma prazerosa e motivada esta atividade. Entre essas pessoas, os pais são agentes apoiadores essenciais dentro desta conjuntura de esforços, e ao longo dos anos vêm entendendo a importância da educação para aumentar a probabilidade de ascensão social e profissional dos seus filhos.

No entanto, a realidade do ambiente rural tem apresentado limitações que resultam em condições desfavoráveis para a continuação dos estudos das mulheres devido a dificuldades econômicas da família, a tradições culturais relativas às expectativas predominantes em relação à vida das filhas mulheres, a dificuldade de deslocamento que decorre da distância muitas vezes expressiva entre a escola e as comunidades, tudo isso agravado pela carência de investimentos públicos (Siliprandi, 2004).

No ano de 2001 a Fundação Perseu Abramo, através do Núcleo de Opinião Pública, denominado NOP-FPA, desenvolveu estudos sobre o perfil sócio-demográfico da mulher brasileira nos espaços públicos e privados e constatou que a realidade da desigualdade social regional é marcante quando comparados os níveis de renda familiar e grau de escolaridade de diversas regiões do Brasil. No Nordeste a escolaridade das mulheres em geral é mais baixa em comparação com a realidade do Sudeste, sendo que 43% das mulheres do Nordeste não passaram da 4ª série fundamental. A realidade é ainda mais marcante quando se constata que 82% das mulheres negras, sendo que 84% delas cresceram e viveram no campo, não chegaram a completar o ensino fundamental (Venturi; Recamán, 2004).

Com as transformações de contexto em muitas comunidades rurais, tal como exemplificado pelo caso da região de Petrolina e Juazeiro, mesmo os pais enfrentando dificuldades de sustento financeiro, percebe-se que insistem em investir no estudo de seus filhos. Isso representa uma mudança de visão de mundo, a partir da qual são estabelecidas novas prioridades de vida que diferem daquelas que vigoravam na época de seus pais, ou seja, daquelas em que eles próprios foram criados. Assim, mesmo tendo vivido em condições de pouco estímulo para o estudo, com condição econômica familiar marcada por dificuldades, há indicações de alteração na perspectiva de vida anteriormente focada apenas em um único padrão de agricultura de subsistência.

Os indícios de mudança de percepção de vida destes pais sinalizam mudanças nas concepções a respeito de papéis de gênero, e no caso especial das filhas, essa mudança representa uma ampliação dos horizontes para a possibilidade realização de ações individuais que não estejam focadas exclusivamente em atividades domésticas, podendo as mulheres projetarem suas vidas para além do espaço privado de sua casa ou do espaço público da comunidade rural. Assim, entende-se que a educação contribui para criar as condições de mudança da visão tradicional de relações sociais entre os sexos e cria a possibilidade de transformação das relações de poder, proporcionando maior empoderamento pessoal das mulheres.

I.3.3 – A contribuição da educação para a liberdade de ação e para o empoderamento feminino.

O conceito de empoderamento é definido por John Friedmann (1996, apud Lisboa, 2008) como a busca pela autonomia de ação e superação da pobreza por meio da conquista do poder. O empoderamento feminino é fundamental para o entendimento da conquista da mulher por espaços sociais, por processos de conquista individual ou coletiva, bem como políticos.

Na mesma linha de análise, Kabeer (2003) defende que a pobreza feminina pode ser combatida por meio da igualdade de gênero e do empoderamento feminino. A autora entende a pobreza feminina como um estado de privação material, como recursos financeiros, e a pobreza simbólica, como ausência de

poder, sendo que uma leva à outra. Assim, para obter resultados positivos no combate à pobreza feminina é necessária a realização de ações transformadoras nas frentes de educação, de criação de empregos e de participação política.

Segundo Barroso (2004) há associação direta entre escolaridade e empoderamento feminino, sendo que quanto maior o nível de escolaridade maior é a capacidade das mulheres melhorarem a própria qualidade de vida assim como a vida de suas famílias. “Os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública” (Barroso, 2004, p. 575).

O empoderamento feminino também pode ser analisado como um processo de conquista do poder, constituindo um desafio dentro das relações familiares patriarcais (Narvaz; Koller, 2006), pois implica perda do domínio masculino sobre a mulher, ou seja, uma vida em que a presença masculina não significa total controle sobre a vida das mulheres, sobre seus bens, sobre suas opiniões, sobre sua sexualidade (Oliveira, 2006), além de não mais haver determinação unilateral de decisões relativas à aquisição e controle de propriedade fundiária (Deere; León, 2003).

Assim, é inevitável pensar sobre os conflitos que são gerados entre os membros da família quando se tenta mudar papéis socialmente construídos para a vida das mulheres. Os conflitos existentes estão fortemente relacionados às

atividades que as mulheres devem desempenhar no âmbito da família e na sociedade, sendo um reflexo da consolidação dos estereótipos de gênero tradicionais, nos quais a vida feminina é equivalente ao desempenho de tarefas domésticas e familiares, e também de estereótipos menos tradicionais como aquele que faculta às mulheres o exercício de uma outra atividade – atuar como professora na educação básica (Strey, 2007).

As novas gerações de mulheres com níveis mais altos de escolaridade ampliam suas perspectivas de vida e começam a questionar as idéias dominantes sobre gênero, o que proporciona um estado de mudança de idéias e valores que podem ser perpetuados pelas futuras gerações. “Assim, se a criação das crianças é dentro de um regime tradicional de gênero, isso poderá levar à continuação dessa tradição. Se o regime for não tradicional, isso poderá levar a uma continuação, mas no sentido não tradicional” (Strey, 2007, p. 27).

I.3.4 – A mulher adulta no contexto rural.

A mulher adulta, no contexto rural e da agricultura de subsistência, envolve-se nas mais diversas atividades que podem ser classificadas como reprodutivas e produtivas. A atividade reprodutiva é desenvolvida nos ambientes familiares, em espaços privados, e se caracteriza por ações de suporte e subsistência à vida de seus familiares (Testoni; Tonelli, 2006). São ações consideradas desestimulantes por envolverem limitação na interação e no convívio social, o que determina que sejam desvalorizadas socialmente em

comparação com outras atividades consideradas produtivas (Sorj, 2004). As atividades produtivas são ações desenvolvidas fora do ambiente familiar, em espaços públicos, e são favorecidas por uma amplitude de ações e relacionamentos que são valorizados e reconhecidos socialmente (Saffiotti, 2004).

“Nas relações e nas práticas sociais, [*o trabalho doméstico*] é um trabalho: 1) subestimado - uma série de atividades indispensáveis para a manutenção da formação social e efetivamente realizadas pelas mulheres não aparecem como “trabalho”; 2) desvalorizado - às esferas domésticas, mesmo reconhecidas, é atribuída pouca importância; 3) isolado – é realizado, na maior parte do tempo, nas unidades domésticas; 4) invisível, dos pontos de vista psicológico, econômico, e ideológico, além de ser “consumido” na mesma proporção e velocidade com que é realizado” (Preuss, 1997, p. 53, apud Diogo; Maheirie, 2008, p. 7).

Esta divisão de formas de trabalho não foi discutida durante muitos anos até que estudos sobre gênero buscaram entender a relação entre o trabalho e a família nas sociedades contemporâneas, o que contribuiu para a proposição desses conceitos e para a definição de seus limites. Segundo Diogo e Maheirie (2008, p. 263) a “ausência de uma base conceitual fez com que o serviço doméstico sem remuneração permanecesse por muito tempo ignorado nos estudos sobre o trabalho”.

A ausência de parâmetros para a caracterização de algumas dessas formas de trabalho contribuiu para a desvalorização das atividades reprodutivas, assim como contribuiu para a ampliação da desvalorização geral da condição da mulher, favorecendo sua exploração também em relação às atividades produtivas, limitando suas oportunidades de trabalho, reduzindo os salários e ampliando as jornadas de trabalho (Sorj, 2004, p. 108).

Complementando esta análise, a desvalorização geral das atividades desenvolvidas pelas mulheres cria um estado de “invisibilidade do trabalho feminino” tornando as próprias mulheres invisíveis quanto ao que fazem ou que poderão fazer (Branco; Vainsencher, 2001). Essa é uma tendência encontrada em sociedades conduzidas pelo processo de produção capitalista que valorizam as ações produtivas em termos econômicos, sendo considerado produtivo apenas aquele indivíduo que troca sua força de trabalho por remunerações (Fischer; Melo, 1996, p. 09).

1.3.5 - As tarefas reprodutivas e seu entendimento no meio rural.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, tanto no ambiente rural como no ambiente urbano, não pode ser vista apenas pela ótica da conquista da independência econômica ou da ocupação de um espaço valorizado socialmente, pois o que se observa na realidade da maioria das mulheres é que o trabalho remunerado não substituiu a maior parte dos afazeres domésticos diários, mas sim que passou a ser mais uma de suas atribuições. A mulher adicionou ao seu

cotidiano anterior de atribuições domésticas e cuidados dos filhos, as novas atividades produtivas no espaço público. A um primeiro olhar pode-se associar a conquista da independência pessoal ao trabalho remunerado fora de casa, porém esse primeiro olhar pode deixar de perceber as condições de dificuldades que a mulher enfrenta para dividir seu tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (Sorj, 2004).

A realidade de trabalho das mulheres no ambiente rural inclui as mesmas dificuldades listadas acima, que envolvem acúmulo de atividades e divisão de tempo. No ambiente rural as ações categorizadas como reprodutivas ocupam mais tempo das mulheres devido a outros tipos de dificuldades, entre elas a própria distância dos centros urbanos aos quais é preciso ir para a realização de outras atividades. Também representa dificuldade adicional a inexistência de itens que podem tornar mais praticáveis as atividades diárias,— itens tais como equipamentos eletrônicos domésticos de cozimento e preservação dos alimentos; ou comidas industrializadas, congeladas e pré-prontas, que agilizam a execução de tarefas domésticas e favorecem a liberação da mulher para realizar outras atividades.

Outras dificuldades estão relacionadas à indisponibilidade de estruturas de apoio à família, tais como creches e escolas infantis, além de programas de assistência social, cultural e educacional que apóiam a evolução intelectual das crianças e adolescentes (Bruschini; Ricoldi; Mercado, 2008). Estes programas têm o foco no suporte educacional e cultural dos filhos e também oferecem os

benefícios como a ocupação do tempo diário e a retirada das crianças das ruas, proporcionando um sentido de conforto para a mulher que se preocupa com questões de segurança e violência.

Segundo Silva e Portella (2006), o pensamento social criado para o universo da mulher associa o trabalho rural feminino à manutenção da família em todos os aspectos: limpeza de roupa e da casa, preparação de alimentos, cuidados com crianças e idosos, entre outras (Falci, 1997). Esta identificação da mulher com atividades domésticas traz o sentido ligado à “ajuda”, fortalecendo a desqualificação das atividades femininas (Fischer; Melo, 1996).

Ainda segundo estudos desenvolvidos por Silva e Portella (2006), o cotidiano da mulher rural é permeado tanto por atividades domésticas como por atividades de cultivo da terra, enquanto que as ações de decisão produtiva e comercial dos bens são dominadas pelos homens. A dominância, então, é perpetuada não apenas no posicionamento da mulher em suas atividades domésticas e reprodutivas, mas também na geração de recursos decorrentes da produção comercializada (Narvaz; Koller, 2006). Assim, elas continuam produzindo sem serem valorizadas e sem conhecerem os limites de suas atribuições.

I.4 - Novas possibilidades para a vida da mulher no contexto rural atual de Petrolina.

I.4.1 – O envolvimento com o trabalho.

A história da evolução econômica das regiões de Petrolina e Juazeiro, associada ao contexto produtivo da agricultura industrializada, influenciou todo um processo de mudança comportamental dos grupos sociais dessas regiões, que está diretamente associado às contratações para os empregos que foram gerados. Essa nova agricultura alterou o perfil produtivo da região, demandando trabalhadores e influenciando o porte produtivo e o tamanho das propriedades rurais, o que, por sua vez, contribuiu para outras transformações sociais, culturais e históricas articuladas de forma complexa (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006).

Houve mudança nas relações sociais em pequenas propriedades até então dedicadas à agricultura de subsistência que alteram seus processos produtivos para atender novos parâmetros comerciais orientados para a demanda de mercado, passando a ter amplitude mais profissional e menos familiar, o que também contribuiu para mudanças nas relações familiares. Houve contratações de pessoas fora do âmbito familiar, ampliando o universo das relações interpessoais, o que, em consequência, limitou o envolvimento dos filhos ou de outros membros da família nas atividades agrícolas.

A condição da mulher se altera em tal quadro de mudança nas relações produtivas agora ajustadas ao contexto de produção, pois elas passam a oferecer

seu trabalho para terceiros, buscando o assalariamento. Os parâmetros no interior da família também são alterados, pois essa não fica em casa em tempo integral, apenas cuidando da pequena produção de alimentos dos filhos e marido, uma vez que passa a ser cada vez mais requisitada para trabalhar fora do ambiente doméstico e contribuir com o orçamento financeiro familiar (Fischer; Melo, 1996).

“Na economia familiar, ela pode intercalar tarefas de suas duas jornadas de trabalho: na produção e na reprodução. A empresa agrária, porém, constitui um espaço público, onde não há lugar para filhos nem possibilidade de vigiar o feijão em processo de cozimento” (Fischer; Melo, 1996, p. 17).

A família do ambiente rural também sofre mudanças quando sua estrutura passa de extensiva, com muitos membros familiares e filhos, para estruturas mais flexíveis nas relações matrimoniais e reduzidas no número de componentes. Isso favorece a possibilidade da mulher desempenhar ações valorizadas socialmente, tais como a ocupação de espaços socialmente atribuídos aos homens, a realização de atividades produtivas fora de casa, e a contribuição financeira e o suporte ao sustento da família.

Outras transformações podem ser observadas que fogem dos parâmetros econômicos, relacionados aos hábitos de consumo e realização de ações culturais. Pode se perceber estas alterações em pequenas ações tais como o consumo e seleção de diferentes tipos de alimentos que são forte e

tradicionalmente influenciados por processos culturais e históricos. Como exemplo pode ser citada a época festiva de São João, quando são consumidos milho e seus derivados, produzidos para atender a demanda excessiva que se repete ao longo de vários anos.

Ao mesmo tempo é possível observar o surgimento de novos hábitos alimentares que incluem alimentos não tradicionais tais como o melão, a manga, a melancia e a uva. Estes alimentos passaram a ter importância social e econômica na região uma vez que seu cultivo se deu no âmbito da introdução de um novo processo de produção e comercialização de frutas irrigadas, incorporando muitos profissionais com diferentes níveis de formação técnica (Bacelar, 1997). Dessa forma, foram introduzidas novas técnicas, novas culturas e novos processos organizacionais que não tinham presença anterior na região, historicamente voltada para a agricultura de pequeno porte ou de subsistência (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006, p. 89).

Em específico esta transformação social afetou diretamente o conjunto das mulheres. Elas passaram a ser cada vez mais demandadas para trabalhar em fazendas de uva de mesa e alteraram seus ritmos de vida e modos de subsistência, diante de oportunidades de trabalho antes não oferecidas pela organização econômica regional. Cavalcanti, Mota e Silva (2003) evidenciam estas transformações ao mostrar o surgimento de novos postos de trabalho mais qualificado e a introdução das mulheres no mercado de trabalho, ainda que com forte viés de gênero na seleção para estes postos.

“O mercado de trabalho se reestrutura pela constituição de um núcleo central de trabalhadores – que estão registrados nas diferentes unidades produtivas, principalmente nos tratos culturais e nas atividades de colheita e pós-colheita e de outro periférico – formado por trabalhadores temporários que transitam entre as unidades de produção em diferentes épocas. Profissionais altamente qualificados e trabalhadores polivalentes se inserem em processos de produção para atendimento aos requisitos formulados externamente. As mulheres ampliam a sua participação no mercado, segundo uma divisão sexual do trabalho em que predomina o viés de gênero” (Cavalcanti; Mota; Silva, 2003, p. 7).

Mesmo havendo a ampliação de novos postos de trabalho, há outro lado que não se caracteriza apenas por aspectos positivos destas transformações de mercado. São aspectos negativos a limitação das possibilidades de atuação e o aproveitamento das mulheres em atividades com marcas de gênero tradicionais, com o que se favorece a reprodução da visão estereotipada das mulheres como cuidadoras, fracas, submissas, passivas e sem condições de ter poder na área pública (Woortmann, 1987).

Nesse aspecto os estereótipos são utilizados como identificadores da separação entre as ações de homens e mulheres, o que representa em sua essência a segmentação do trabalho por gênero e, separação das oportunidades entre os homens e mulheres, devidamente justificados em termos de custo e

benefícios econômicos dentro do sistema capitalista de produção (Fischer; Melo, 1996).

“A predominância é de trabalhadores homens, com a justificativa de que possuem a capacidade de se adaptarem a qualquer atividade agrícola e implicam em menores despesas nos custos de produção, ao contrário das mulheres que requerem mais gastos com seguridade social – licença maternidade, e são também responsáveis diretas pelos filhos, sendo, conseqüentemente, mais susceptíveis aos acontecimentos externos ao trabalho; ou, ainda, pela idéia usualmente compartilhada por homens e mulheres, trabalhadores da agricultura nordestina, de que a mulher só é capaz de executar tarefas leves e delicadas, o que escamoteia a qualificação obtida no dia-a-dia do trabalho, tão evidente no caso das fases de produção da uva” (Cavalcanti; Mota; Silva, 2003, p. 13).

I.4.2 – O conceito de gênero e a exploração de mão de obra das mulheres .

As limitações ao trabalho feminino estimulou outras discussões sobre relações igualitárias entre homens e mulheres, o que foi ampliado com movimentos feministas do século XX que contribuíram para discussão de outras vertentes da questão, como a conceituação de trabalho assalariado, a autonomia do indivíduo civil, e o direito à instrução (Strey, 2008).

Scott (1988) amplia esta discussão para a visão histórica da constituição das relações sociais, enfatizando que as relações sociais também são sempre relações de poder, como se pode exemplificar pela desigualdade entre homens e mulheres visível tanto em contextos públicos, como no caso das relações de trabalho, quanto em contextos privados, como é o caso das relações familiares (Torrão Filho, 2005).

A compreensão do conceito de gênero é importante para o entendimento das atividades produtivas que se desenvolvem em um ambiente capitalista de produção, no qual ocorre a exploração do indivíduo como capital humano avaliado de acordo com sua contribuição ao processo de produção e geração de lucro. Em tal perspectiva encontram-se as relações de gênero, que norteiam a criação de parâmetros e funções específicas de trabalho para atividades de homens e mulheres (Strey, 2008), e que se baseiam em estereótipos ou diferenciações para dividir ou hierarquizar poderes entre as pessoas.

“Ao convocar o elemento feminino para o trabalho remunerado, o capital se aproveita de características do tipo obediente, delicada e habilidosa, introjetadas pela sociedade na mulher, para dela extrair mais lucro e, ao mesmo tempo, pressionar o homem a aumentar a produção. Por outro lado, as mulheres quase sempre aceitam as exigências impostas pelo capital, principalmente as mulheres/mães” (Fischer; Melo, 1996, p. 33).

Estes estereótipos são explorados para hierarquizar, limitar e subordinar as mulheres ao comando de diferentes arranjos de pessoas do sexo masculino. É a situação que se vê quando as mulheres são colocadas em categorias de contratação e remuneração com baixos salários, excesso de horas de trabalho e baixa oportunidade de ascensão profissional (Bruschini; Lombardi, 2003). Fischer e Melo (1996) demonstram que as mulheres se sentem pressionadas a apresentar produção e qualidade acima daquelas geradas pelo homem, devido à necessidade de se manterem empregadas para contribuir com o orçamento familiar. Assim para se entender melhor esta relação produtiva é necessário contextualizar o ambiente organizacional no qual essas mulheres estão inseridas.

I.4.3 - Divisão sexual do trabalho e limitações ao crescimento profissional e salarial.

O conceito de divisão sexual do trabalho é entendido como uma relação social de domínio de poder e limitação do crescimento pessoal e profissional de mulheres, que vem buscando conquistar espaço em áreas de trabalho dominadas por homens e hierarquizadas por critérios em que o sexo do indivíduo é o principal elemento. As decorrências de tal divisão são a separação, a discriminação, e a hierarquização de homens e mulheres dentro de espaços de trabalho, bem como ações de limitação ao crescimento profissional e salarial das mulheres (Lusa, 2008).

Em termos práticos este conceito é aplicado por empresas nacionais e internacionais com o objetivo de reduzir seus custos empregatícios, sendo uma realidade em fazendas de uva de mesa do Vale do São Francisco, no município de Petrolina (PE), e o que está por trás de tal prática é uma forte segmentação sexual das atividades, com redução de custos salariais e exploração da mão de obra feminina (Cavalcanti,1997).

A história dessas fazendas está ligada ao processo de crescimento da demanda européia e estadunidense por frutos como a manga e a uva, o que fez com que muitas empresas direcionassem sua produção para o mercado internacional, adotando a irrigação artificial (Cavalcanti,1997). A justificativa de competitividade reforça a necessidade das empresas de manter custo baixo de produção e obtenção de lucro máximo, o que contribuiu para a subcontratação de mão de obra rural feminina.

De fato, constata-se que a mão de obra feminina é altamente empregada nas fazendas de produção de uva de mesa e tal prática é justificada pelos empresários do ramo pela necessidade de contar com pessoas que possuam habilidades criteriosas e delicadas para tratar o fruto – atividades essas nas quais as mulheres são consideradas mais produtivas que os homens (Cavalcanti; Mota; Silva, 2003).

Utiliza-se também o argumento de natureza sexista de que, pela experiência de cuidado com seus filhos, as mulheres são mais dedicadas a

tarefas delicadas, nas quais mostram-se mais produtivas que os homens pelo fato de, supostamente, terem maior paciência para trabalhar com atividades repetitivas. A divisão sexual do trabalho no Vale do São Francisco reservou para as mulheres as ações produtivas relacionadas à uva, ficando o trabalho relativo à produção de manga para os homens (Cavalcanti; Mota; Silva, 2003). Justificativas como as que foram mencionadas acima serviram de base para limitar as mulheres às tarefas de cultivo, extração e empacotamento, classificados como atividades de menor valor econômico por estarem associadas a esforços físicos repetitivos e de fácil reposição de mão de obra. Assim elas ficam limitadas em termos profissionais, por haver oferta de emprego para elas apenas nessas atividades.

“As atividades de homens e mulheres estão divididas, a grosso modo, segundo a exigência de maior ou menor dispêndio de energia física; mas também às representações de que delicadeza é inadequado aos homens. Assim, competem às mulheres as denominadas tarefas “leves” como raleio da uva, colheita e pós-colheita. Aos homens, competem a implantação do parreiral, pulverização, poda, amarrão, pós-poda e serviços mecanizados em geral” (Cavalcanti; Mota; Silva, 2003, p. 19).



Figura 3. Atividades de raleio e poda da uva de mesa.

Fonte: Fazenda Águia do Vale – Petrolina, PE.

A característica mais marcante desta atividade é o controle da produção dos frutos de maneira planejada o que proporciona um estado de descontinuidade da ação empregatícia e salarial, levando a mulher a procurar outras atividades, como lavagem de roupas, serviços gerais em residências ou retorno às atividades domésticas como suporte às necessidades da família (Fischer; Melo, 1996, p. 28). Esta descontinuidade do trabalho é uma característica da atividade rural em que há poucas culturas ou há monocultura, o que é comum em empresas localizadas no Nordeste, principalmente de produção de cana-de-açúcar.

O salário é o elemento apresentado pelas trabalhadoras como sendo o principal fator na determinação da procura dessa atividade, uma vez que os valores pagos como remuneração são mais altos do que aqueles praticados em outras atividades produtivas oferecidas no meio rural da região. O sistema de

pagamento adotado pelas empresas é constituído, normalmente, por duas modalidades de contrato de trabalho: por volume de produção ou por dia de trabalho. A primeira modalidade vincula o pagamento ao esforço físico despendido pelo empregado. A segunda modalidade apresenta-se mais flexível em termos de contratação rápida e temporária.

Em termos de diferenciação na contratação entre homens e mulheres, elas são mais requisitadas para a contratação temporária, o que aceitam, em muitos casos, sob condições desfavoráveis: remuneração mais baixa e vinculada à alta produtividade, o que se requer muitas horas para conseguir um rendimento mais expressivo.

Em alguns aspectos esta divisão sexual do trabalho é considerada pelas mulheres como um aspecto positivo, pois elas podem ser favorecidas na disputa por espaços no mercado de trabalho, ainda que ao custo de receberem salários menores que os dos homens pelos mesmos trabalhos manuais na agricultura irrigada. No entanto, há outros postos de trabalho mais qualificados, com poder de comando e decisão que não são oferecidos para as mulheres, mas apenas para os homens, o que caracteriza a limitação de oportunidades de crescimento profissional para elas.

O que se pode observar nesta realidade é que existe uma limitação de função para mulheres (Fischer; Marques, 2001), sem possibilidade de progressão salarial devido ao sistema de remuneração adotado, e sem possibilidade de

progressão funcional, devido à caracterização das funções rurais que adota lógicas de hierarquia, controle e centralização de poder por meio da especialização e da limitação de cargos.

As condições descritas se desdobram em limitações adicionais, ou com elas interagem, em várias outras frentes entre os quais, podendo ser mencionados vários exemplos: reduzido número de mulheres em sindicatos para discussão e transformação desta realidade; ausência de políticas públicas em favor da melhoria da condição da mulher; mentalidade dos proprietários das fazendas de uva que buscam a maximização do lucro por meio da exploração da mão de obra.

I.4.4 – A mulher e o ambiente organizacional da fazenda de uva.

O ambiente de trabalho rural da fazenda de uva de mesa tem particularidades que permitem caracterizá-lo como uma mistura de estrutura organizacional industrial de características produtivas urbanas, e de atividades com forte ligação agrícola, ou seja, com processos produtivos rurais.

Em termos funcionais, as atividades de trabalho desenvolvidas são regidas por um sistema de moderna agricultura de produção, no qual coexistem funções com fortes características urbanas e funções muito mais tipicamente rurais.

As atividades gerenciais e comerciais caracterizam-se por distribuição funcional das tarefas muito próxima da realidade de empresas do meio urbano tais como: hierarquias de comando e regimes salariais, sendo comum os cargos de superintendente, gerente geral, coordenador, supervisor ou gerente administrativo e diretores de departamentos. Nestes casos há uma incorporação das ações da administração clássica, concebida por Henri Fayol, reforçando a separação de poderes hierárquicos. Ao mesmo tempo existem funções que envolvem especialização de tarefas com forte relação agrícola ou rural. Os cargos rurais são os de gerente de produção, agrônomo, técnico agrícola, além daqueles que se relacionam com ações de mecânica, carpintaria, construção rural, administração agrícola, pulverização, viveiro, carpintaria, serviços de campo, entre outros (Fischer, 2000).

Esta distinção funcional também está associada a diferentes modalidades de remuneração e contratação dos trabalhadores rurais. “Os funcionários do escritório são regidos pela legislação urbana enquanto os trabalhadores rurais têm contratos ao abrigo das leis trabalhistas rurais. Os trabalhadores rurais não qualificados são, a princípio, contratados por tempo determinado” (Fischer, 2000, p. 67).

Vale ressaltar que a separação entre características urbanas e rurais não é perfeitamente nítida, havendo espaço para proposições de que tais características se articulam e se complementam no mesmo ambiente.

“Do ponto de vista da organização da atividade econômica, nem as cidades podem (atualmente) ser identificadas apenas com as atividades industriais, nem os campos apenas com a agricultura e a pecuária. Nesse sentido, existiriam superposições de processos simultâneos: a industrialização da agricultura e o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desta sinergia, estaria ocorrendo uma integração cada vez mais complexa da agricultura ao restante da economia” (Siliprandi, 2004, p. 123).

Mesmo havendo as implicações limitadoras para as mulheres há indicativos de reconhecimento social e realizações pessoais derivados da conquista por espaço no mercado de trabalho, e pelo sentimento de domínio da arte de produzir um produto que exige técnicas específicas e padrões altos de qualidade.

“As mulheres que encontraram trabalho e emprego na viticultura alcançaram mudanças significativas no modo como se relacionavam dentro e fora do espaço doméstico, ressaltando o respeito e o reconhecimento externos por chegarem a ser trabalhadoras sindicalizadas e representantes sindicais. Segundo seus discursos, na luta por melhores condições de trabalho, elas passaram a destacar a qualificação que possuíam para lidar com mercadorias tão sensíveis e de qualidade” (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006, p. 93)

I.4.5 – Trabalho, dinheiro e autonomia.

Dentro de uma perspectiva evolutiva e histórica, pode-se entender que a conquista de espaços de trabalho femininos vem ocorrendo de forma acelerada no século XX e envolvem inúmeras outras transformações de ordem pessoal, social e econômica. Entre as principais transformações conquistadas pelas mulheres encontram-se o controle da natalidade, os movimentos contra-culturais, a busca pela qualificação profissional e educacional e, a inserção no mercado de trabalho (Quintas, 2005). Este último vem se acentuando, principalmente no setor de serviço e comércio, com o retorno do aquecimento das atividades econômicas pós anos noventa (Bruschini; Lombardi, 2010).

A mulher do século XX apresenta a necessidade de trabalhar por diversas razões sejam elas atreladas a aspectos econômicos, para prover ou contribuir com o orçamento doméstico, ou por questões pessoais, tais como a necessidade de conquista de espaços sociais antes limitados ao ambiente doméstico, ou ainda por liberdade de ação (Branco; Vainsencher, 2001). Porém, esta realidade de vida está condicionada à articulação de ações que envolvem questões pessoais e familiares (Bruschini; Lombardi, 2010), sendo que o bem estar pessoal envolve um equilíbrio entre o bem estar da família e a conquista de seus espaços de trabalho.

Autores da área de estudos econômicos, ao discutirem a história da ocupação dos trabalhos no Brasil, associam trabalho e autonomia pessoal, porém

o fazem com foco nos setores econômicos urbanos (Bruschini; Lombardi, 2003), o que limita muito o entendimento de outros setores, como o rural, uma vez que não há qualquer elemento que autorize generalização direta. De qualquer forma, sabe-se que alguns fatores do ambiente constituem influências importantes e podem estar presentes tanto no ambiente urbano como no rural, entre eles: a quantidade e a qualidade dos postos de trabalho oferecidos; a desigualdade salarial em relação aos homens; as estruturas de apoio para a mulher (Bruschini; Lombardi, 2010).

Considerando estudos como esses, pode-se questionar: será que o fato das mulheres trabalharem e terem uma remuneração financeira lhes possibilita formas de autonomia de ação, decisão, bem como conquista de espaços sociais? A questão é saber se ter dinheiro disponível resolverá dificuldades originárias de outros aspectos sociais, culturais e históricos que foram determinantes na construção de configurações mais amplas no âmbito das relações de gênero e em relação aos papéis conjugais e familiares (Silva Neto; Fasolo; Canever, 2007).

“O trabalho não patenteia um peso, mas, sim, um caminho de realização pessoal; O fator econômico representa o grande indicador de liberdade; sem ele não será possível qualquer aventura emancipacionista. Não estão sozinhos, todavia, os elementos da estrutura econômica. Mister consignar este aspecto. Há toda uma mentalidade que necessita ser revertida, e de nada adiantará um salário no final do mês se a mulher não estiver

preparada para assumir o papel de sujeito histórico” (Quintas, 2005, p. 182).

O ingresso da mulher no mercado de trabalho proporciona para a sua vida uma condição econômica que a princípio pode parecer a solução para a conquista da autonomia, para a tomada de decisões e para a realização de ações que conjuguem interesses pessoais e familiares. Esse processo, porém, não é tão simples como pode parecer, pois há fatores históricos, culturais e circunstanciais que uma mulher dificilmente deixará de considerar em suas decisões. Nos casos em que a mulher tem vida conjugal, a dinâmica do casal também tem peso importante nas decisões relativas ao controle das finanças da família e às prioridades de consumo.

A tradição cultural estabeleceu que o homem deve exercer atividades produtivas, disputar espaços sociais, crescer profissionalmente e trabalhar fora de casa, enquanto da mulher se cobra a condução e a mediação das relações domésticas e do bem estar familiar, sem necessidade de que desenvolva atividades de trabalho remunerado. Mulheres que mudam estes padrões enfrentam conflitos pessoais que contribuem para sentimentos de culpa, associado ao fato de trabalhar fora de casa e gastar menos tempo com a família. Há também resistências e desconforto, mesmo entre aquelas que têm atividade remunerada e que julgam que devem exercer a autonomia financeira e profissional que sua condição permite, por sentirem a pressão social favorável à concepção segundo a qual dinheiro e trabalho pertencem ao ambiente masculino. Também contribui para esses conflitos a aplicação de estereótipos

masculinizantes em relação às mulheres que trabalham fora de casa, colocando em dúvida sua condição feminina.

“As resistências das mulheres em promoverem mudanças neste sentido, estão relacionadas com fantasmas da *mãe má*, da *feminilidade duvidosa* e da *prostituição*. O fantasma da *mãe má* é com freqüência vivenciado com a culpa associada ao fato de trabalhar fora de casa, gastando energia na esfera pública, em prejuízo das atividades do lar. O da *feminilidade duvidosa* está condicionada por uma tradição cultural de papéis sexuais relacionados ao dinheiro, pela vergonha sentida do prazer de obter o dinheiro e com ambição econômica consideradas como pertencentes aos homens. E por último, o fantasma da *prostituição*, representado por Madalena, fundamentalmente sexuada, e assim pertencente à esfera pública, que através do seu relacionamento com o dinheiro traz na história uma aura pecaminosa. Enquanto que Maria assexuada pertence ao núcleo da família, é distante do dinheiro” (Silva Neto; Fasolo; Canever, 2007, p. 246-247).

Ao se fazer uma correlação entre a autonomia de ação e ganho econômico, amplia-se a discussão para o contexto capitalista de consumo, no qual é possível estabelecer vínculos entre necessidades de auto-afirmação, de identificação social e de satisfação pessoal, e o consumo de bens materiais, entendendo-se que o ato de consumo é um mecanismo social de produção de sentidos e de identidade (Barbosa; Campbell, 2006), e que o consumo de bens

materiais representa a conquista do sentido de liberdade de ação individual. O ato de trabalhar é atrelado à necessidade da liberdade de poder consumir e, conseqüentemente, de pertencer a grupos sociais também pressionados a consumir.

Outros aspectos da liberdade de decisão por meio da posse de dinheiro podem ser discutidas e relacionadas às assimetrias das relações de poder entre homens e mulheres que muitas vezes estão presentes nas relações conjugais. Esta assimetria é a face mais visível do viés de gênero, ilustrando a existência de uma hierarquização de poderes e o controle social das ações das mulheres nas relações conjugais. A dimensão econômica aí implicada é evidente, uma vez que o poder de controle sobre as decisões está com quem possui o dinheiro. Assim, “ter dinheiro e controle sobre ele pode significar maior margem de manobra e poder de escolha quanto a manter ou romper uma relação conjugal, por exemplo” (Araújo; Scalon, 2005, p. 41).

A destinação dos recursos financeiros é um indicativo da configuração das relações de poder e da liberdade de ação, pois revela o grau de autonomia de ação da mulher, ou seja, da possibilidade de concretizar seus desejos. Por outro lado a destinação e o comprometimento dos recursos financeiros para o consumo familiar, inclusive o consumo individual do marido, pode indicar limitação de ação, reafirmação da subordinação ao poder masculino, ou mesmo a submissão à tradição no sentido de priorizar sempre o interesse familiar. Assim sendo, não basta possuir o recurso e não ter poder de decidir sobre ele, ou não ter espaço

para tomar decisões que envolvam razões pessoais. “É ingênuo pensar que a dependência econômica das mulheres acaba quando elas têm acesso ao dinheiro, ou que se sentem com o direito de possuí-lo, livres de culpas para administrá-lo e tomar suas próprias decisões (Silva Neto; Fasolo; Canever, 2007).

I.5 – Objetivo do estudo

Como se procurou mostrar ao longo da “Introdução” ao presente trabalho, apesar de estarem disponíveis diversos estudos sobre inserção das mulheres no mercado de trabalho em diferentes contextos, o foco principal incide sobre características da estrutura familiar, sobre rendimento salarial, e sobre as modalidades de trabalho feminino e seus respectivos setores econômicos. Tópicos ligados diretamente às questões femininas, envolvendo transformações pessoais e sociais vinculadas a essas novas formas de inserção da mulher não tem sido privilegiados.

O contexto do Pólo Petrolina-Juazeiro oferece condições especiais para o estudo dos temas mencionados acima, pelo fato de ter passado por mudanças relativamente recentes, a partir das quais deixou de ser região caracterizada pela agricultura de subsistência, na qual as mulheres desempenhavam funções bastante restritas e desvalorizadas, para se tornar uma região de produção agrícola industrializada, apoiada na irrigação, e voltada para a exportação, com o que proliferaram possibilidades de trabalho assalariado que até então inexistiam ou existiam de forma muito restrita e escassa.

O objetivo do presente estudo é identificar aspectos da percepção de mulheres que trabalham em fazendas de produção de uva na zona rural de Petrolina sobre eventuais transformações em sua vida familiar e conjugal a partir de sua nova condição de trabalhadora assalariada, assim como eventuais transformações em suas demais relações sociais, buscando conhecer como elas afetam a interação com cônjuges, filhos e outros parentes e como repercutem no ambiente de trabalho.

II. METODOLOGIA

Foram entrevistadas dez mulheres que trabalham em uma fazenda de produção de uva de mesa representativa da região de Petrolina, na qual vários empreendimentos dessa mesma natureza, com as mesmas características de agricultura irrigada voltada à exportação, foram implantados.

Não foram estabelecidos critérios específicos para a seleção das participantes em termos de idade, de tempo de trabalho na fazenda, de nível de escolaridade, ou de existência de filhos. Considerando os objetivos da investigação, considerou-se que poderia ser pouco produtivo convidar mulheres solteiras, resultando daí que todas as participantes deveriam ser casadas ou deveriam viver com companheiros (com quem mantivessem algum tipo de relação afetiva não ocasional), sendo admitida também como válida para a participação a condição de separada ou divorciada, ou seja, uma condição que atesta que a mulher já teve experiência de vida conjugal. Em todos os casos as mulheres

poderiam ter filhos sob seus cuidados, mas essa não era condição exigida para participação.

Todas as entrevistadas assinaram termo de participação, afirmando sua concordância em ser entrevistada e dando ciência de estarem informadas de que sua participação poderia ser interrompida a qualquer momento se assim desejassem. Garantiu-se o sigilo das respostas oferecidas, pois a investigação circunscreveu-se a um ambiente no qual todos se conheciam, o que facilita identificação a autora de alguma fala. A pesquisadora assinou termos de compromisso com o sigilo das informações, garantindo a não divulgação das informações para os proprietários da fazenda ou para outros meios que pudessem prejudicar o relacionamento no ambiente do trabalho. Nos relatos os nomes das entrevistadas foram substituídos por letras (A até J) para manter o anonimato em termos da autoria das respostas. As entrevistas foram feitas no próprio local de trabalho (fazenda de uva de mesa).

A entrevista semi-estruturada foi conduzida a partir de um roteiro de questões (Lakatos; Marconi, 1992; Marconi; Lakatos, 1999) que abrangia seis grandes blocos temáticos. O roteiro utilizado está reproduzido no Anexo A, ao final do texto.

Os seis grandes blocos temáticos mencionados acima são:

- Dados sócio econômicos;
- Relações de gênero, poder e dominação;

- Ambiente familiar e eventuais mudanças;
- Condições de sustento familiar, eventuais mudanças e questões financeiras;
- Vida conjugal e eventuais conflitos;
- Relacionamentos no ambiente de trabalho (bloco no qual foram observados os seguintes itens);
 - i. Transformações pessoais;
 - ii. Discriminação;
 - iii. Igualdade;
 - iv. Diferenças de gênero;
 - v. Oportunidades.

Após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas e seu conteúdo submetido ao tratamento de categorização e análise de conteúdo (Bardin, 2004), considerando as categorias amplas de: relações de gênero, relacionamentos de trabalho, mudanças sociais e familiares.

III. RESULTADOS

III.1 – Panorama socioeconômico das participantes.

A distribuição da idade da maioria das entrevistadas ficou concentrada na faixa compreendida entre 20 a 40 anos, havendo uma única exceção. Tal concentração está dentro da expectativa para o contexto estudado, uma vez que essa é uma faixa de idade correlacionada com maior aproveitamento produtivo

para trabalhos que requerem esforço físico intenso e longas jornadas de atividade.

A escolaridade das participantes apresenta uma distribuição bimodal equilibrada entre dois níveis de formação educacional, ambos situados na faixa que se estende da escolarização apenas iniciada até a formação de nível médio. Quatro das dez entrevistadas não chegaram a completar o primeiro grau e outras cinco chegaram a concluir o segundo grau, restando uma entrevistada cuja escolaridade situa-se entre esses dois grupos. As características de escolaridade do pequeno grupo de participantes é em tudo similar à realidade do nordeste conforme os dados registrados por Venturi e Recamán (2004). Essas informações sugerem não haver uma faixa de escolaridade específica exigida pelos proprietários das fazendas para a contratação ou execução das atividades (ou que a exigência é baixa), e indicam que há bastante diversidade no nível de formação escolar entre as mulheres que buscam trabalho nas fazendas de uva, estando incluídas aí mulheres cujo nível de escolaridade seria suficiente para pleitear atividades de outra natureza, mas que ainda assim, por circunstâncias diversas, atuam em trabalho braçal no âmbito da produção rural.

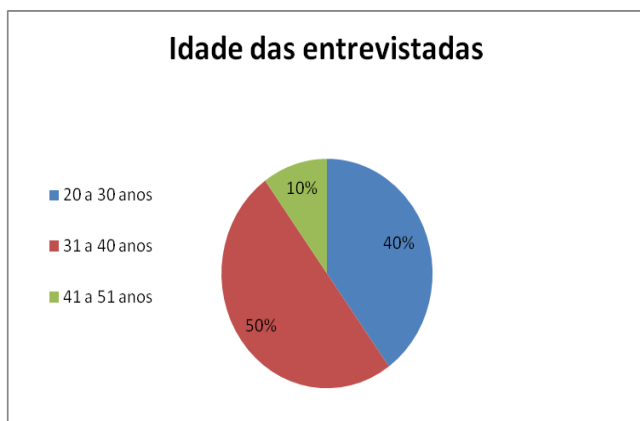


Figura 4. Faixas de idade

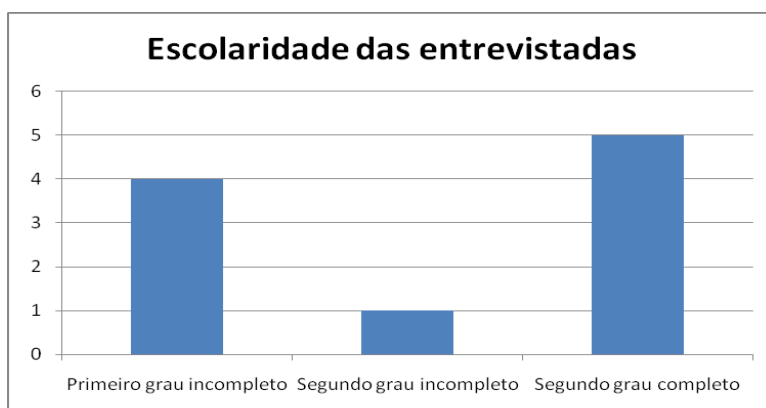


Figura 5. Nível de escolaridade das entrevistadas.

Há associação, como seria de se esperar, entre o tempo médio de prestação de serviço e a faixa de idade das mulheres que desempenham as atividades na fazenda: a maioria daquelas que têm idade acima de 35 anos atua no mesmo local de trabalho há mais de cinco anos, realizando as mesmas tarefas ao longo de tal período.

Difícilmente os proprietários das fazendas contratam mulheres com idade acima de 35 anos para realizar as atividades de cultivo, raleio e empacotamento das uvas, caracterizadas como atividades de manejo das uvas de mesa e é

possível que a principal razão para isso envolva menor produtividade de trabalhadoras dessa faixa etária para o desempenho de tais tarefas específicas, além do fato de que os eventuais empecilhos relacionados à vida familiar podem ser mais freqüentes para mulheres com essa idade. Do ponto de vista das mulheres, é possível dizer que a etapa de vida em que se encontram tem peso significativo em termos de seleção das atividades de trabalho que elas desejam ou procuram, tendo prioridade, sempre que sua condição no momento permitir, as atividades menos pesadas e com curtas jornadas de trabalho, assim como atividades produtivas com horas fixas e com jornadas de duração limitada, atividades essas mais comuns no contexto urbano. Elas também precisam levar em conta aspectos de sua dedicação à família.

Quanto ao regime de trabalho a natureza das atividades de produção da uva proporciona rotinas de trabalho que variam conforme as estações de maturação da uva, o que envolve planejamento ajustado à demanda nacional e internacional pelo produto. De forma geral, o regime de contratação das mulheres ocorre em uma das três modalidades mais adotadas: contrato temporário; contrato por volume de produção; e contrato por diária (Fischer; Melo, 1996).

Os proprietários, gerentes e funcionários utilizam as seguintes terminologias para explicar as formas de contrato utilizadas: contrato por tempo indeterminado, determinado e diário. Em todos os casos a temporalidade é determinada pelo sindicato da categoria rural que define a modalidade de contrato por tempo determinado em seis meses máximos, excedendo este tempo é exigido

que o contrato seja alterado para a modalidade de contratação por tempo indeterminado. Na alta temporada de colheita há uma maior contratação de pessoas por períodos curtos de alguns dias, o que favorece a contratação diária.

A maioria das mulheres atua com contrato temporário ou como diarista, situações que permitem a interpretação de que predomina a instabilidade empregatícia, marcadamente na forma de contratos rápidos e recontrações repetidas a cada seis meses. Os proprietários das fazendas apresentam os motivos de utilizar esta forma contratual flexível pela necessidade do processo produtivo da uva, e para minimizar os custos de mão de obra em épocas de baixa estação. A maioria das mulheres “concorda” com esta situação instável, porém apresentam sentimentos contraditórios que varia entre conformismo e ansiedade pela permanente incerteza quanto à estabilidade financeira associada às recontrações, que podem não se confirmar. A fala de uma entrevistada reproduzida a seguir ilustra tal situação:

Relato de (C): *“Acho que tem uns três anos. Assim, não diretamente assim. Trabalhava, parava e trabalhava em outras coisas e depois de um tempo voltava para a fazenda novamente, essas coisas assim.”*

Ressalte-se, contudo, que mesmo diante dessa instabilidade em termos de relação de trabalho na fazenda, há uma “certa” satisfação em trabalhar nesse ambiente por várias razões: pelo recebimento de horas extras estabelecidas pelo volumes de produção; pela estrutura organizacional adotada na fazenda, que

envolve controles ambientais e certificações internacionais que norteiam as ações planejadas; e também pelas sensações de alívio e de valorização decorrentes de saberem que existe oportunidades de trabalho nas quais a contratação de mulheres é prioritária.

No caso das mulheres com no máximo dois anos de relacionamento produtivo com a fazenda, há uma situação de constante recontração na fazenda, caracterizando um período experimental durante o qual os proprietários avaliam constantemente seu desempenho e visualizam possíveis contratações permanentes. Mulheres de outros grupos, como as que mudaram de emprego nos últimos três anos e aquelas que estão em regime temporário ou de diárias, relatam sentimentos de ansiedade e esperança de confirmar o vínculo nos períodos de recontração. De fato a vontade da maioria dessas mulheres é ser contratada permanentemente para minimizar o sentimento de insegurança resultante de não poder garantir a estabilidade financeira de sua família.

Relato de (F): *“Eu penso assim, trabalhar no meu emprego e ficar efetivo, pois é a função da gente. Mas até agora mesmo não fiquei efetivo, não ganhei o emprego não, só trabalho com contrato de 3 meses, 4 meses e pronto.”*

Houve uma variedade de reações que pode ser interpretada como duvidosa pelos seguintes indicativos: expressões corporais, constantes perguntas e respostas duvidosas. A maioria das entrevistadas pedia constantemente esclarecimentos e respondia com valores que representavam rendimentos

individuais e não familiares. Mesmo assim foi possível verificar que o rendimento salarial varia conforme a modalidade contratual, mas a maioria recebe, em média, um valor inferior a dois salários mínimos, aí incluídos os contratos por diária que rendem o valor de R\$ 20,00/dia.

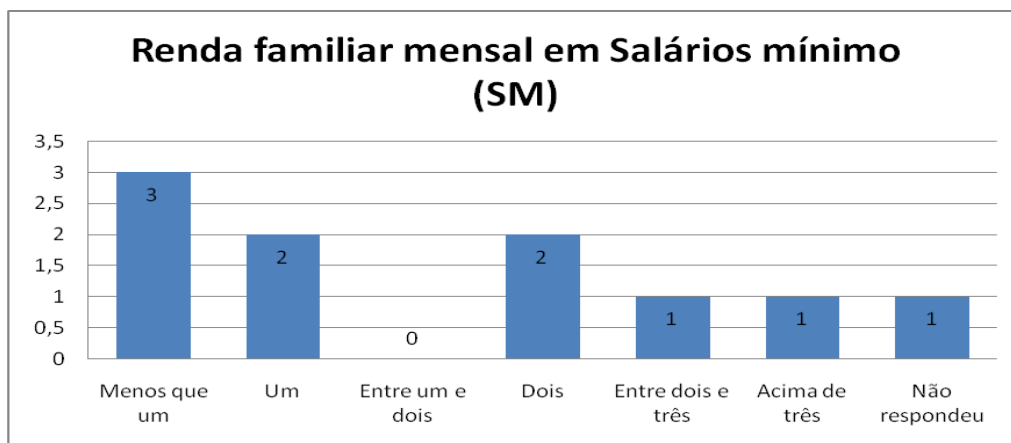


Figura 6. Faixas de renda familiar das entrevistadas.

A modalidade de contratação por temporada amplia o rendimento individual das mulheres em até dois salários mínimos, proporcionando às mesmas uma oportunidade de recebimento extra pelas horas adicionais trabalhadas. O sindicato da categoria determina o período de trabalho dever ser de oito horas por dia, mas permite ampliação da jornada em até duas horas diárias, horas adicionais essas que devem ser remuneradas à parte.

É evidente que essas formas de relação produtiva resultam em mistura de sentimentos que variam da satisfação pelo rendimento auferido, à tristeza pela existência de aspectos que influenciam negativamente a qualidade de vida das mulheres, uma vez que horas extras e esforços físicos excessivos, nos períodos

de alta estação, representam para as entrevistadas dedicação extra de tempo ao trabalho em detrimento da dedicação à família e aos filhos.

III.1.1 – A estrutura familiar, a relação conjugal e filhos.

Um aspecto importante a ser mencionado diz respeito aos relatos apresentados pela maioria das mulheres sobre a distribuição da responsabilidade pelo sustento financeiro familiar. As mulheres se apresentam como provedoras de sustento financeiro da família em vez da figura masculina do marido, companheiro ou dos filhos. Estes relatos são apresentados de forma natural e contém informações que mostram uma realidade familiar consentida, sem conflitos com seu companheiro. Essa realidade evidencia uma verdadeira mudança nas relações familiares e nos papéis de gênero, com alterações de atividades entre seus membros que agora distribuem tarefas, compartilham funções e alteram os papéis sociais tradicionais focados na figura do homem, como pai provedor do lar, e a mulher, como criadora dos filhos e dona do lar.

Relato de (F): *“Não, não tem diferença porque hoje em dia a mulher trabalha mais do que os homens, né? Que hoje em dia tem mais serviço para a mulher do que pra homem. Eu mesma com meu primeiro marido, eu mesma já trabalhei para sustentar ele e os filhos. Porque quando eu morava em Cabrobó, lá só tinha muda de cebola, muda de arroz e outro serviço não tinha. Ai eu ia trabalhar mais a outra menina para poder sustentar ele que não tinha sustento porque não estava trabalhando.”*

No cotidiano dessas mulheres existem particularidades quanto às suas atividades diárias desenvolvidas fora de casa, pois ficam ausentes por longos períodos do dia, e sustentam ou contribuem expressivamente para o sustento financeiro da família. Fischer e Melo (1996), já citados em ponto anterior do texto, destacam que, inevitavelmente, os parâmetros no interior da família são alterados quando a mulher deixa de ficar em casa em tempo integral cuidando apenas da pequena produção de alimentos dos filhos e marido, e passa parte expressiva de seu tempo em um espaço no qual não há lugar para filhos. Há relatos que afirmam com clareza que mesmo quando as mulheres não sustentam financeiramente o lar sozinhas, elas têm possibilidade de ganhar mais do que seus companheiros, devido à variação de rendimento apresentado de acordo com o regime contratual por produção e horas extras trabalhadas nas altas temporadas.

Outra novidade na realidade de vida feminina é a transformação no tamanho da estrutura familiar, em decorrência da redução da quantidade de filhos. Como pode ser verificado na figura 7, apenas três das dez entrevistadas têm mais de dois filhos. Há um conjunto de razões que contribuíram para a alteração no número de filhos das mulheres brasileiras, sendo que algumas delas foram explicitadas nas entrevistas e outras foram puderam ser interpretadas a partir do contexto dos relatos. Estão entre as razões que de alguma forma foram mencionadas: melhoria na disponibilidade dos métodos contraceptivos; elevação nos níveis educacionais dos integrantes das famílias; necessidade de planejamento familiar para proporcionar melhores condições de suporte financeiro

e educacional dos filhos. Vale lembrar a afirmação de Quintas (2005) de que entre as principais transformações conquistadas pelas mulheres encontram-se, entre as diversas condições mencionadas, o controle da natalidade e a inserção no mercado de trabalho.

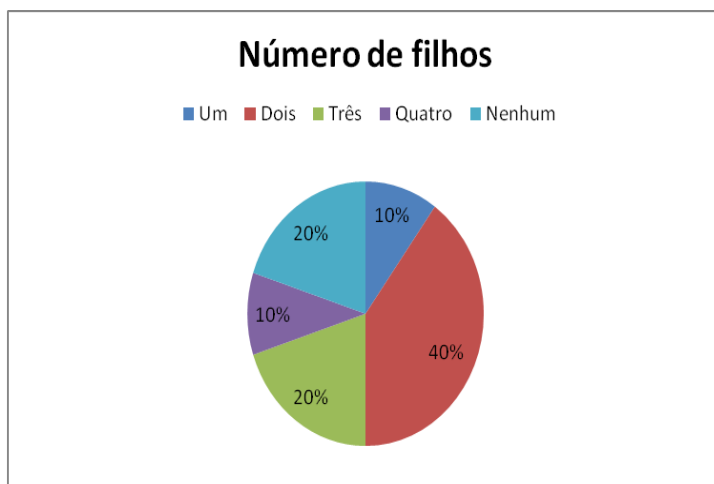


Figura 7. Número de filhos das entrevistadas.

Ficou bastante evidente a existência de conflito em relação às duas atividades que não podem ocorrer simultaneamente e que as mulheres precisam e desejam articular: trabalhar e dedicar-se à família. Nesse aspecto foi muito mencionada a preocupação com o tempo diário gasto em trabalhar fora de casa e a correspondente ausência de tempo gasto com a família.

Isso é melhor compreendido quando se analisa a rotina diária destas mulheres, pois as atividades produtivas desenvolvidas requerem dedicação de tempo que varia entre 9 e 12 horas, ao considerar as atividades produtivas de colheita, raleio, podas e empacotamento, que consomem de oito a dez horas diárias, e o deslocamento ao trabalho que pode exigir de uma a duas horas diárias. Em suas falas, as mulheres refletem sobre o trabalho que realizam e

avaliam vantagens e desvantagens, ao mesmo tempo em que comparam suas realidades familiares antes e depois de trabalhar na fazenda de uva de mesa.

Relato de (G): *“E o ruim é porque a gente sai de lá 5:30 hs e chega aqui [na fazenda de uva em Petrolina], lá é Lagoa Grande, é a mesma distancia de Petrolina para cá. É porque tem que ver o divisório, a gente sai 5:30 hs e chega 6:30, então é uns 70km mais ou menos.”*

Relato de (H): *“Antes era bom assim, porque eu passava o tempo com meus filhos. Meu marido trabalhava, mas eu tinha um tempo para estar com meus filhos. Mas também eu não tinha como dar o que meus filhos precisavam. Mas era bom porque eu podia ficar com meus filhos, mas eu sentia falta de trabalhar, não gostava de ficar em casa parada esperando assim, sei lá, as vezes quer ir na cidade pegar alguma coisa e não tem como pegar porque não tem salário.”*

A rotina relatada apresenta aspectos negativos relacionados à conciliação das atividades de trabalho e as relações familiares, sendo que a principal queixa apresentada pela maioria das mulheres é a falta de tempo para dedicação aos filhos. Este aspecto gera um sentimento de ansiedade que também está relacionado à pressão social que é exercida sobre as mulheres para que se dediquem ao papel de “mãe”. As mulheres relatam que se sentem incompetentes por não conciliar atividades de trabalho e dedicação de tempo para seus filhos, mas ao mesmo tempo fazem comparações sobre as vantagens e as desvantagens de suas vidas quando não trabalhavam e dispunham de mais

tempo disponível. Entre as necessidades que geram preocupações pelo fato de não se ter tempo adequado para elas aparecem: assistir o desenvolvimento das atividades de estudo, monitorar as amizades criadas, verificar as influências dos vizinhos, e investigar as relações amorosas, principalmente das filhas. Sorj (2004) já havia assinalado exatamente essas dificuldades que a mulher enfrenta para dividir seu tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

Relato de (A): *“Eu acho que ter mais tempo com a família, com os filhos, visitar um amigo. Eu tinha mais tempo. De aproveitar a escola, de saber como era que tava os filhos, porque às vezes era até fechado a escola. Às vezes está até aberto, mas eu nem sei o que passa lá, para saber como é que está.”*

Relato de (D): *“Assim, ficou melhor por exemplo eu não tenho mais preocupação, eu tenho o meu ganho, eu já tenho como eu saber o que eu posso dar a eles e o que eu não posso dar aos meus filhos. E de ruim, eu acho que não tem nada não, assim só a preocupação. Eu fico com o pensamento aqui e lá ao mesmo tempo.”*

Os sentimentos de culpa e de incompetência são reduzidos quando as mulheres conseguem distribuir entre o companheiro e outros parentes disponíveis as tarefas domésticas e o cuidado com seus os filhos. A responsabilidade de cuidar e observar os filhos, na maioria dos casos, fica atribuída à mãe das mulheres e, eventualmente, ao companheiro. No entanto, mesmo ocorrendo esta ação, há geração de outros sentimentos culpa e cobrança pessoal, que são

derivados do não cumprimento de obrigações de mãe, e do repasse dessas atividades à outras pessoas (tais como suas mães e maridos), principalmente pelo sentimento de não poder assistir a progressão educacional de seus filhos.

Relato de (D): *“Com os meus filhos é sempre assim, a mesma coisa. Sempre é muito difícil porque pra gente ser mãe e trabalhar é difícil. Até porque é difícil encontrar alguém com responsabilidade pra ficar. Hoje eu tenho que deixar com minha mãe, eu deixo e ela cuida muito bem. Só que ela está sozinha, aí as minhas irmãs saíram e só tem uma dentro de casa, aí tem a casa de meu avô que também é minha mãe que cuida, aí é duas preocupação, tem a preocupação com a casa dela. Duas não, três, né? O do meus filhos e com meu avô que são dependentes dela também. Ai eu já venho pra aqui, já venho preocupada em ter que está no meu trabalho e ter que estar lá com eles. Aí fácil é que não está. É muito difícil.”*

Relato de (E): *“Eu já ouvi de tudo para você conseguir trabalhar. Ao mesmo tempo tem a liberdade que assim, meu filho fica com minha mãe, né? E ele acha um fator que contribuiu e me ajudou bastante, né?”*

O apoio dos companheiros para realizar as atividades também diminui estes sentimentos negativos de culpa e incompetência, pois eles dão suporte em atividades diárias tais como realização de pequenas compras domésticas e o acompanhamento educacional dos filhos. Além da contribuição da divisão de tarefas gerada pelo companheiro, há outras contribuições por trás desta ação que

colaboram para o bem estar emocional da mulher, sendo os principais pontos relacionados o apoio à continuidade da atividade de trabalho, a não discriminação da opção de trabalho fora de casa, e a aceitação do suporte financeiro proveniente da figura feminina.

Também há relatos que declaram a ausência de apoio do companheiro, que exerce sua posição contrária às atividades assumidas pela mulher através de pressão psicológica e ações de ciúmes. Nos casos em que há ciúme na relação conjugal, o companheiro, em geral, alega dificuldade de lidar com a ausência da mulher nas atividades domésticas e no convívio diário familiar. Em um relato específico é apresentado o argumento de ciúmes associado ao desconforto com a condição de sustento familiar focado na mulher e não na figura masculina. O incômodo apresentado pelo companheiro é derivado ao fato deste não estar realizando uma atividade de trabalho fixo ou estar realizando, porém com rendimento que não é constante ou equivalente ao da mulher.

Relato de (A): *“Teve e tem. Não sei. Fora do trabalho ele diz que não tem nada demais, só que incomoda. Assim, não sei se é ciúme, né? Eu não sei nem como é direito, mas eu acho que é ciúme pelo que ele faz. Quando ele fala, às vezes no final de semana, dentro de casa, ele reclama e diz que só na roça [fazenda] é que eu estou bem. Ele acha que só, ele acha que às vezes quando eu estou em casa, ele reclama comigo, vá trabalhar, é só lá que fica feliz, fica com ironia. Porque a maioria da vezes eu estou trabalhando. Ele trabalha, mas não direito, serviço aqui, serviço acolá.”*

Relato de (I): *“Antes de trabalhar, ele falava muito assim, não tá nem aí pra trabalhar, porque as vezes ele tem ciúmes. Só que depois de algum tempo ele foi se acostumando e concordou que eu ia trabalhar. Ah porque a firma que eu estava, o serviço era em dupla. E pelo o exemplo que ele tem na firma dele, acho que por isso ele não concordava muito.”*

III.2 – Preconceito em relação à atividade de trabalho feminino fora de casa.

Várias entrevistadas afirmam que o preconceito sobre a mulher que trabalha fora de casa é exercido por parte de membros da família, companheiro, pais e ainda por outras pessoas tais como amigos e conhecidos. Narvaz e Koller (2006) destacaram que a proeminência feminina desafia as relações familiares patriarcais, pela perda do domínio masculino sobre a mulher. O que também fica evidente nos relatos é uma nítida impressão de preconceito por parte de outras mulheres que não trabalham.

Em relação a este último tópico, a maioria das mulheres afirma estar ciente de que causam uma impressão negativa para as mulheres que não trabalham fora de casa. Esta impressão é derivada de diferentes percepções sobre as ações desenvolvidas por ambas as partes. Segundo os relatos, a divergência de opiniões se inicia sobre o tópico de necessidade de trabalho fora de casa, pois as mulheres que não trabalham acreditam não haver necessidade de trabalho fora de casa tendo em vista que seus maridos ou companheiros trabalham ou devem trabalhar para sustentar financeiramente a família.

Outra impressão negativa mencionada é a preocupação de que as mulheres que trabalham exerçam influência negativa sobre aquelas que não trabalham. Neste aspecto há uma associação entre empregabilidade e condição matrimonial, que é expressa na seguinte lógica: as mulheres que trabalham não são casadas e, portanto, não têm compromisso com a família ou com relacionamento fixo, e por isso representam uma ameaça pelo seu potencial de influenciar as mulheres comprometidas. Assim se conclui que a mulher que trabalha e não é casada representa um perigo duplo para as demais. Alguns relatos são bastante ilustrativos:

Relato de (A): *“No geral são muito mal vistas, porque eles acham que a mulher que trabalha é tudo vagabunda, porque tem a cabeça muito poluída. As pessoas são muito egoístas e rola muito ciúmes. Porque trabalha fora, trabalha com homem, porque não está em casa. Falam que no trabalho tem coisas erradas, mas em todo lugar tem coisa errada, né? É porque elas [as mulheres que trabalham] ficam muito tempo fora de casa e trabalha com homem. Também tem a história que tem muita mulher separada que trabalha aqui”.*

Relato de (B): *“As pessoas dizem que ele [marido] não deveria deixar eu trabalhar porque tem coisa que não presta aqui [no trabalho], não em outras por aí [outras fazendas]. Dizem que tem mulher [companheiras de trabalho] que bota no mau caminho, tem tanta coisa, mais ele não dá ouvido. Ele confia [na esposa].”*

Relato de (D): *“É difícil porque assim, muita gente que fica lá fora quer o que, quando a pessoa se descola para ir trabalhar, é porque quer ficar sem vergonha. Tem umas que inventam isso, entendeu? E existe. Eu já ouvi gente dizer, tem mulher, mas eu ouvi de um tio meu dizer assim, a minha mulher não sai de casa para ir trabalhar porque todas as mulheres que saem para trabalhar é isso, aquilo e aquilo mais. Aí eu disse não, quando a mulher sai para trabalhar é porque está caçando um meio de vida melhor para ela e não isso. Aí eu acho assim, tem delas que não quer achar a vida da gente igual a vida delas mesmo que está lá fora, entendeu?”*

III.3 – Divisão das atividades e acúmulo de jornadas.

O exercício da atividade doméstica e o cuidado com os filhos são atividades centrais na caracterização na concepção tradicional de relações sociais entre os sexos, sendo sua reafirmação importante para a perpetuação social de tal concepção. Uma das facetas dessa perpetuação é o fato de muitas mulheres ainda sentirem-se obrigadas ao exercício de tais atividades, valendo-se da justificativa de terem mais competência, entendimento e habilidade do que os homens em tal contexto.

Em tal perspectiva, elas avaliam que os homens têm capacidade de adquirir estas habilidades, porém a pressão social no sentido de manter estas ações como atribuições femininas, resulta no fato de atrelarem sua execução a elas próprias, de forma exclusiva. Alguns relatos abordam a situação pela via da

explicação que indica sentido de dominação masculina, que é preconceituosa, quando o homem não aceita assumir ou compartilhar as atividades domésticas. Os relatos evidenciam o reforço da divisão de atividades quando muitos dos companheiros pressionam a mulher a ficar em casa cumprindo atividades domésticas e cuidando dos filhos. A consequência desta divisão é o acúmulo de atividades das mulheres que trabalham fora e dentro de casa, de forma contínua.

Relato de (A): *“Não. Porque... Muitos acham que lavar uma roupa ou um prato não é serviço de homem. É serviço só para mulher.”*

Relato de (D): *“Não. É sempre a mulher que tem mais assim, aquele hábito de saber o que tem que fazer e o que não tem. O que é certo e o que não é.”*

Relato de (B): *“Tem uns que dizem que serviço de casa é para mulher, não é para homem não.”*

Outro trecho do **Relato de (B):** *“Tem mulher que pensa que é errado mulher trabalhar, porque o marido não deixa a mulher trabalhar fora de casa de jeito nenhum, aí tem mulher que não vem de jeito nenhum, aí tem mulher que diz que é besteira trabalhar, que quem tem que trabalhar é o marido. Não, eu acho que não porque o meu fica em casa tomando conta das coisas, dos bichinhos [filhos] e eu vou trabalhar.”*

Também há indicações de mudança na perspectiva destas mulheres, principalmente aquelas que afirmam receber apoio por parte dos companheiros ou maridos para trabalharem fora de casa. Outro elemento que indica transformação do preconceito masculino é o aumento da participação dos homens no cuidado com os filhos devido à divisão do tempo das mulheres entre o trabalho na fazenda e trabalho doméstico.

A maioria das mulheres avalia que a atividade na fazenda de uva de mesa é muito pesada e “sofrida”. Elas apontam as dificuldades de trabalhar no campo sob “sol forte e clima quente”, ficando muitas horas em pé, executando atividades repetitivas e sofrendo pressão com relação à produtividade.

Relato de (I): *“Bem pesado. A mulher todo dia no céu, esquentando no sol.”*

III.4 – Perspectivas sobre o trabalho.

Buscou-se identificar as perspectivas futuras das entrevistadas quanto ao seu trabalho e como elas avaliam sua condição profissional no contexto em que atuam, a partir da análise que fizeram de suas próprias atividades na fazenda de uva.

As mulheres relatam que há oportunidade de diversificação de atividades na fazenda, pois em períodos de alta estação (maior necessidade de

produtividade) elas assumem funções diversas para alcançar o nível de produtividade necessário. Mesmo mencionando tal oportunidade de exercerem atividades diversas, as entrevistadas limitam sua visão às atividades desenvolvidas no campo (raleio, colheita) e no processo de preparo para comercialização (seleção e empacotamento). Inexistem projeções de mudança para outros cargos funcionais dentro da empresa ou para outras modalidades de trabalho que estão fora do ambiente de produção do campo. Tal aspecto foi confirmado nas respostas dadas quando questionadas sobre a atuação de mulheres em outras áreas funcionais, como cargos de chefia, ficando claro que não vislumbram essa alternativa para si, como possibilidade de mudança de ocupação e de projeção salarial.

É claro que caberia também uma ampliação da discussão, não realizada nesta pesquisa, sobre as ações que incentivam a mudança de percepção destas mulheres. Entre estas ações podem estar cursos de qualificação profissional e técnica oferecidos por instituições especializadas ou por outros órgãos públicos, bem como ações de incentivo à mudança funcional oferecidas pelo administrador ou proprietário da fazenda.

A maioria das mulheres relata que não tiveram opção de escolha por uma atividade de trabalho, sendo a não conclusão no ensino fundamental é a principal razão desta ausência de opção. O tempo de estudo que puderam cumprir aparece associado à infância e as razões mencionadas como dificuldades para a continuidade do estudo relacionam-se ao período em que os pais as sustentaram

financeiramente e emocionalmente. A maioria das participantes relata que não continuou a estudar por que seus pais não puderam sustentar ou prover as condições necessárias. As principais dificuldades associadas à continuidade do estudo foram: a distância entre o lar e a escola e a falta de recursos financeiros.

O desligamento do estudo também se associa ao início do relacionamento com um companheiro e a formação da própria família. As entrevistadas relatam haver um processo de mudança marcante nesta fase. Os acontecimentos de tal época resultam em divisão do tempo disponível das mulheres entre seus compromissos, com características tais que impossibilitam ou dificultam a continuidade dos estudos, sendo relatado que há falta de tempo disponível para conciliar as atividades pessoais, domésticas e o cuidado dos filhos.

Correlação entre tempo de estudo e natureza das atividades de trabalho desenvolvidas, pode ser constatada pelo fato de que a maioria das participantes, que trabalham em atividades braçais, apresenta baixo nível de escolaridade, enquanto aquelas com escolaridade mais alta relataram mais independência de ação e maior variedade nas opções de trabalho ao longo da vida.

Relato de (A): *“Não, não tive opção. Porque eu acho que depende do estudo e se não tem estudo, não tem opção de escolher. Porque no tempo que eu estudei era até a 4º serie, aí ou eu ia para Petrolina ou eu parava, aí meu pai não tinha como me mandar para lá, aí quando chegou o ginásio eu já estava casada com criança pequena, aí eu voltei a estudar quando meu filho já tinha 08 anos, aí*

não deu tempo porque eu tinha que trabalhar, aí eu tive que trocar o estudo pelo trabalho.”

Relato de (I): *“Não. Porque eu só trabalho porque preciso. Acho que sim. Estudar. Mas meus pais não tiveram condição de pagar meus estudos.”*

III.5 – As atividades de trabalho de homens e de mulheres.

A percepção da maioria das entrevistadas é que no mesmo nível de funções não há desigualdade entre os sexos, e que a separação de atividades entre homens e mulheres está associada ao esforço físico exigido. As atividades mais leves são destinadas para mulheres e as mais pesadas para os homens, podendo ser compartilhadas caso o nível de produção necessário seja elevado nas altas temporadas.

Os relatos são claros ao separar as questões de divisão do trabalho afirmando que a empresa não realiza ações desiguais ou desumanas, pois proporciona condições de igualdade, dignidade e respeito a todos. Os principais pontos que servem como parâmetros que fundamentam essa interpretação igualitária entre os sexos estão associados à equiparação salarial e à distribuição das atividades no campo. Foi relatada também a percepção que atribui a diferenciação de ações conforme o sexo aos homens, que resistem em realizar atividades nas quais predominam as mulheres.

Relato de (A): *“O trabalho não é muito diferente. Às vezes quando a gente vai discutir a gente fica de brincadeira entre amigos e diz – Mas o salário não é o mesmo?”*

Relato de (D): *“Sim, às vezes faz. Assim, eles [os homens] acham que tem serviço que é mais apropriado para homem e outros pra mulher, entendeu? Mas não que seja, não vou tratar alguém melhor e alguém de uma forma que não seja possível, né?”*

Relato de (F): *“É em termos de trabalho pesado, né? Tem diferença porque os homens na fazenda pegam o trabalho mais pesado, que a gente não pega. Que é a poda, porque você poda e tem que quebrar o galho e ainda tem que puxar, se fosse só puxar e cortar era bom, só que você bota muita força. Eles dão aos homens o trabalho mais pesado na fazenda. Enquanto eles estão lá podando, derrubando aqueles galhos que ficam só juntando.”*

Houve diversidade de opiniões entre as entrevistadas quando foram questionadas sobre a aceitação por parte dos homens da supervisão feita por mulheres. Quanto à realização da ação de supervisão, é unânime a sua aceitação entre as mulheres, havendo divergência na percepção das entrevistadas referente à aceitação por parte dos homens deste papel organizacional feminino. Assim, algumas afirmam que as mulheres podem exercer a função de chefia sobre os homens sem haver discriminação por parte dos homens e, outras afirmam que as

mulheres podem exercer este papel, mas não há boa aceitação por parte dos homens.

Relato de (F): *“As vezes sim, né? Porque agora as mulheres hoje em dia já estão pegando assim os cargos de fiscal, né? De outras coisas, assim de veneno, aí tem que mandar homem, né? Tem que mandar eles fazerem aquele serviço, né?”*

Relato de (G): *“Pode sim, vai depender do seu esforço. Primeiramente, no começo se você não for assim uma pessoa de muita responsabilidade e caráter, eles querem levar na piadinha e brincadeira mas se for uma pessoa fechada, aí pronto, ali é chefe. Eles se tornam como menino bobo mesmo, ali é meu chefe, minha chefe chegando, ele tem todo o respeito, né?”*

Relato de (H): *“Eu acho que sim, não tem nada a ver. Só pra quem tem responsabilidade. Tem muita gente chata assim, que gosta de piadas. Mas as outras pessoas, depende muito do grupo que a gente esteja trabalhando. Aqui em... [fazenda atual], é tudo de um lugar só a gente. Eu acho que não tem nenhum piada, outra coisa. Não sei se é porque é todo mundo família [conhecido].”*

Relato de (B): *“Aceitam não [os homens]. Porque mulher é meia mandona, tem umas. Aí os homens não aceitam não.”*

Relato de (I): *“Acho que não, isso fica pro homem.”*

Um relato específico associa a necessidade de ter um bom nível de educação para desempenhar função de chefia, o que pode ser um indicativo do entendimento de que a igualdade não está desatrelada da competência.

Relato de (D): *“Acho que sim. Porque eu acho que seja simples. A mulher pode a depender do estudo que tem.”*

Em termos de igualdade de ação entre homens e mulheres, existe percepção por parte das mulheres quanto a diferenças nas condições de reconhecimento e de exigência de direitos nos espaços públicos e privados. É como se as mulheres percebessem estrategicamente que nos espaços públicos a existência de nichos de trabalho reservados preferencialmente às mulheres deve ser tolerada porque é importante para garantir mais ocupações femininas, porém exigem que nos espaços privados domésticos haja distribuição das ações entre ambos os sexos.

Como já foi mencionado, existe também a percepção de que algumas atividades são diferencialmente atribuídas a homens e mulheres de uma forma quase “natural”, ou seja, pelo critério de esforço físico, o que tem relação com a vida anterior dessas mulheres no contexto rural tradicional, como argumenta Cordeiro (2006). As atividades predominantemente alocadas aos homens envolvem o movimento de caixas de uva, direção de veículos pesados, limpeza e poda das parreiras. Já as atividades “próprias” das mulheres envolvem raleio, colheita, seleção e empacotamento das uvas.

As entrevistadas não mencionaram outras atividades além daquelas associadas ao tratar da uva diretamente, o que pode indicar várias razões: falta de perspectiva das entrevistadas, não disponibilidade de crescimento oferecido pela fazenda, divisão de atividades por sexo, e limitação de crescimento pela baixa escolaridade ou qualificação.

Relato de (B): *“Se tem diferença? Tem, porque tem serviço de homem que nós não faz, né? Podar nós não faz, nem capinar as uvas, nós também não faz. Porque é só para os homens mesmo, é muito pesado.”*

Relato de (D): *“Sim, às vezes faz. Assim, eles acham que tem serviço que é mais apropriado para homem e outras pra mulher entendeu? Mas não que seja, não vou tratar alguém melhor e alguém de uma forma que não seja possível, né? Não, só é aqueles serviços mais pesados que o homem sempre desenvolve mais, né?”*

Relato de (G): *“É em termos de trabalho pesado, né? Tem diferença porque os homens na fazenda pegam o trabalho mais pesado, que a gente não pega, que é a poda, porque você poda e tem que quebrar o galho e ainda tem que puxar, se fosse só puxar e cortar era bom, só que você bota muita força. Eles dão aos homens o trabalho mais pesado na fazenda. Enquanto eles estão lá podando, derrubando aqueles galhos que ficam só juntando.”*

Relato de (H): *“Assim, em termo de serviço? É, tem porque tem serviço que é só os homens que fazem e os que só as mulheres. Por exemplo, a poda mesmo é só os homens e os outros serviços a gente faz, negócio de enxada é só homem. Tem os serviços de mulheres e tem serviço de homem.”*

Relato de (C): *“Tem. Sempre botam o mais pesado para os meninos e a gente pega o mais leve. Já tive que trabalhar perto do caminhão, carregando fruta para colocar no caminhão, tirar coisa do caminhão, coisa que eu não fazia e tive que fazer. Eu vi essa diferença que tive que trabalhar no pesado.”*

No entanto, pode-se perceber que a perspectiva das entrevistadas abrange apenas as ações ligadas diretamente ao contexto produtivo. Faltam depoimentos que evidenciem o entendimento de que há possibilidade de acesso a outras ações ou que mencionem estruturas organizacionais que dão apoio necessário tanto para fomentar o sentido de igualdade de oportunidade quanto a atividades profissionais para homens e mulheres, como para assegurar direitos, tais como direitos trabalhistas (estrutura de apoio para descanso e higiene, e estruturas de apoio para o acolhimento de filhos, tais como creches ou escolas). Condições de trabalho como essas contribuem, evidentemente, para a desvalorização do trabalho feminino, e para o aproveitamento das mulheres apenas em atividades tradicionalmente associadas a elas, favorecendo a reprodução da visão estereotipada das mulheres como cuidadoras, mas fracas, submissas, passivas, como destaca Woortmann (1987).

III.6 – Auto-reconhecimento e autonomia pessoal.

Ao fazerem um balanço sobre suas vidas, as participantes relatam que o trabalho é tão importante quanto a família, representando a conquista da autonomia de ação e maior independência financeira para dar suporte à própria família. Por outro lado, os relatos mostram uma interpretação de que as dificuldades de melhoria de vida são decorrentes da falta de apoio por parte do companheiro, mas também admitem que existe falta de iniciativa das próprias mulheres para superar os desafios da vida. Este último tópico mostra uma visão de autonomia e de necessidade de conquista de espaços sociais atribuídos à ela. Nesse processo de conquista as mulheres reconhecem que não devem depender de outras pessoas, principalmente dos companheiros, nem devem ceder às pressões sociais para acomodarem-se aos papéis femininos tradicionais culturalmente valorizados.

Relato de (F): *“Não. Ele não acha bom não porque mulher é para ficar em casa, cuidar de casa, mas eu acho que ele sabe que eu estou ali para ajudar, né? O que ele queria mesmo era que eu ficasse em casa para fazer as coisas e quando chegasse em casa tá tudo feito, mas não é assim não. Porque o dinheiro dele não dá para sustentar a gente, né? Para comprar roupa, calçado, remédio, não dá, né? Só dá pro mercado mesmo, o mercado passa o mês todinho quando a pessoa vai lá dá 500, 600, né?”*

Relato de (J): *“Elas falam muito [as mulheres que não trabalham]. Que não tem necessidade de estar trabalhando, que em casa tem serviço. Não sei se é porque elas ficam em casa, não fazem nada no dia, aí eu trabalho e falo a verdade.”*

Relato de (G): *“Já, ave Maria mulher, teu marido não fala para você ficar dentro de casa? Eu acho assim que elas são acomodadas. Eu tenho colegas que elas são acomodadas, sofreu muito no casamento e eu mulher, acorde, não é assim não, vai trabalhar porque se você for trabalhar, você vai ter sua vida diferente, eu duvido você querer o seu marido pelo que ele faz com você e pra ela foi uma boa opção, ela pela primeira vez procurou um trabalho e ficou besta, recebeu o primeiro salário, ficou besta. A primeira coisa que ela fez foi tomar a decisão, parou de sofrer, mora hoje com as três filhas, independente dela mesmo porque ela diz que jamais faria isso.”*

Relato de (H): *“Não. Assim, toda a vida eu trabalhei, gostei de trabalhar. Eu sou filha e neta de uma pessoa que gostava muito de trabalhar e eu trabalhei a primeira vez e eles gostaram, aí estou aqui, pode me chamar, gostaram de meu serviço, então.”*

As situações que evidenciam a busca da autonomia de ação por parte dessas mulheres estão presentes em inúmeros relatos que evidenciam a relação do trabalho nas atividades de colheita de uvas com a sua relação conjugal. O que pode representar a importância do consenso dentro da relação conjugal, por meio

do compartilhamento das decisões, do diálogo aberto, e do apoio do companheiro para que a mulher possa desenvolver atividades fora de casa.

Relato de (H): *“Sim. Foram atrás de homem para trabalhar e eu disse eu vou, aí eu disse não, eu primeiro falo com meu marido e eu num posso ir? E ele me deu todo o apoio para eu trabalhar na roça. Eu combino com ele para eu tomar a decisão depois.”*

Relato de (F): *“O primeiro emprego de contrato que eu fui trabalhar foi na Tibaúba e ele não queria porque nessas obras assim porque ele disse que tinha muita mulher assim, assim e não sei o que. Aí eu, homem, quer saber de mais? Eu vou para lá, eu vou trabalhar para ganhar meu dinheiro, eu não vou ficar atrás de nada com homem não. Aí eu fui, fiz o contrato e fui trabalhar. Depois desse dia para cá, pronto, ele não se importou mais não que eu fosse trabalhar.”*

Relato de (C): *“Olha, antigamente? Mudou muita coisa, mas eu acho assim, que tem muita diferença agora, mas talvez a mulher agora ela entrou no mundo do homem. Ela faz tudo o que os homens fazem mas assim, aquela posição diferente que os homens resolviam muitas coisas para ela e hoje ela tem que resolver. Tem coisa que a mulher não quer resolver e quer colocar para o homem resolver, mas não tem o homem do lado dela para ajudar ela. Então, eu, no caso, eu não tenho um parceiro para me ajudar em alguma coisa e eu passo por isso. Então a mulher tem essa diferença, ela mudou bastante no caso. Eu acho assim, que antigamente as coisa eram mais fáceis para mim, né? Que eu*

tinha oportunidade e outras coisas a mais aí em relação a agora, né? Até os direitos da gente realmente, não só assim, a gente tem os direitos mas não são iguais. Eu acho que antigamente a gente não tinha, agora tem.”

Relato de (I): *“Eu não sei. Primeiro eu não gosto de estar pedindo nada a ninguém, eu não gosto. Só mais estar na roça trabalhando do que pedir. Eu prefiro trabalhar do que pedir, nem à minha mãe eu não peço.”*

III.7 – Autonomia financeira.

A conquista que representa o exercício de uma atividade remunerada é colocada como a etapa mais importante para conseguir autonomia de ação, e a possibilidade de buscar um trabalho fora de casa é a concretização da almejada autonomia financeira. No entanto, para que esta conquista seja plenamente atingida, a mulher precisa do apoio familiar, principalmente do companheiro. Assim, a resistência masculina é rompida por argumentos apresentados pelas mulheres que relacionam questões de sobrevivência e melhoria de vida. O que fica evidenciado é que estes argumentos servem como suporte para a mulher encontrar uma nova perspectiva para sua vida.

Relato de (J): *“Acho muito bom. Além de trabalhar, ter meu dinheiro sem precisar depender de ninguém assim. É isso que eu acho. Ah. A gente ganhando, dá para comprar as coisas que quer, que deseja. E também depois que estou*

trabalhando eu ajudo meu pai. Porque ele trabalha de diarista e não ganha o suficiente.”

Relato de (F): *“Eu estou trabalhando, que começou a trabalhar os dois, aí melhorou, né? Mas assim porque, assim, no caso deu para comprar as coisinhas pra dentro de casa que eu não tinha, eu só tinha o que? Um fogãozinho de duas bocas e o bujão e a cama para dormir e a panela para cozinhar, né? Outra coisa a gente não tinha, agora já tem uma televisãozinha, né? Tem uma caminha mais melhor para dormir e tem as coisinhas mais melhor, né? A gente já come mais melhor porque eu trabalhando ajudo ele, né? Aí dá pra gente ir passando mais melhor um pouquinho. E eu trabalhando assim, eu trabalhei 3 meses ali na fazenda Ibatuba, aí me botaram para fora, fiquei devendo ainda uns bicos lá, né? O menino foi, chamou a menina para trabalhar, aí ela me chamou, aí eu vim, trabalhando aqui porque a gente precisa, né? Pra não ficar devendo, né? Eu tenho uma filha dentro de casa ainda comigo que não trabalha, aí tem que trabalhar pra ajudar que eu junto com ele, não é o pai dela, né? Já é outro, aí eu tenho que trabalhar pra ajudar. Porque senão, aí depois, o povo fica falando, né? Hoje em dia, quem não é pai não quer assumir, aí a pessoa tem que ajudar.”*

Relato de (I): *“Foi, ele [companheiro] achava que não era para eu trabalhar não. Ele dizia que não era pra trabalhar, mas eu tava devendo umas continhas, ele estava devendo também. Aí eu falei que ia trabalhar.”*

Os relatos mostram que é possível falar em dois grupos de mulheres: aquelas que compartilham as decisões com seus companheiros e aquelas que

tomam as decisões de forma independente, sem consulta. Quando as decisões são compartilhadas, a maioria dos relatos afirma que o motivo é a necessidade de comprar objetos de uso comum em casa, investimento nos filhos e pagamento de despesas domésticas. Há relatos que especificam o direcionamento do dinheiro para compras de utensílios domésticos, de alimentos para a família, de roupas e material escolar para os filhos, indicando preocupação da mulher com o bem estar e com o futuro da família. Na maioria dos relatos, o que é evidenciado é a insuficiência em termos de quantidade de dinheiro (remuneração) para realizar outras compras, além das básicas para o sustento básico da família. Mesmo sendo pequena a quantia de dinheiro recebida, a maioria das entrevistadas apresenta o direcionamento dela para o gasto interno doméstico.

Geralmente as questões domésticas e familiares são colocadas em primeiro lugar e ocupam a maior parte do orçamento. Outras razões podem contribuir para este direcionamento do consumo, entre elas: desvalorização do consumo para satisfação pessoal; indisponibilidade de objetos para serem consumidos; e concentração da atenção em resolver as questões familiares.

As entrevistadas que passaram por mais de um relacionamento e as que estão solteiras e descompromissadas são as que mais relataram autonomia na tomada de decisões. É evidente que a condição dessas mulheres favorece maior flexibilidade na tomada de decisão, e pelo fato de estarem envolvidas despesas menores, há mais dinheiro disponível cujo uso deve ser planejado, ambos os aspectos facilitando seu direcionamento para o uso com os filhos.

Relato de (F): *“Eu pago assim contas que eu faço compra para dentro de casa, compro roupa, calçado, pago água e energia, pago bujão. Não, ele não controla meu dinheiro não. Eu compro as coisas, eu pago e gasto com o que eu quero, ele não gasta não. Não, não é só para mim. Antes de gastar eu falo para ele em que eu vou gastar, o que eu vou pagar, o que eu vou gastar.”*

Relato de (G): *“O dinheiro da fazenda é para necessidade. Junta o meu e o dele ai vai fazer feira, água, luz e energia. O que a gente ganha extra, junto, aí coloca na poupança que é para um dia acontecer alguma coisa, ter um pouquinho. E o outro é investimento de alguma tecnologia, sempre um curso diferente, a gente nunca fica parado. Quando não é ele, é eu. Ele está terminando agora um de segurança que é para professor, a gente dividiu então. Tem gás, tem comida, aí ele fica na fazenda a noite para ir pra lá pra passar a noite, das 6 até 10 da noite direto. Converso com o companheiro antes de gastar.”*

Relato de (H): *“Eu ajudo na conta de casa, na despesa de casa. A gente paga as contas e o que sobrar, cada um fica com o seu. Eu primeiro consulto ele pro que eu vou fazer, o que eu posso e o que não posso porque assim, a gente não faz nada, tanto ele quanto eu, a gente nunca faz nada sem decidir primeiro com o companheiro – dá para fazer isso?”*

III.8 – Perspectivas a respeito de melhoria de vida.

A avaliação da condição de vida destas mulheres foi desenvolvida sob uma perspectiva de comparação temporal e geracional. Alguns relatos mostram uma nítida ligação com a vida na época da infância no meio rural, onde as mulheres trabalhavam em pequenas unidades produtivas com o cultivo de alimentos para a subsistência familiar. Assim, há forte ligação das lembranças com esse contexto de crescimento e dele com a continuidade no trabalho no meio rural, ainda que passando do pequeno cultivo de alimentos para o cultivo em escala industrial.

No geral, a maioria dos relatos deixa transparecer uma visão muito positiva, no sentido de reconhecer que as conquistas das mulheres foram muitas e significativas. A evolução de tais conquistas é evidenciada a partir de comparações de realidade de vida das entrevistadas com a de suas mães. As depoentes narram conquistas pessoais e esclarecem que a principal melhoria da condição de vida está ligada à possibilidade das ações das mulheres não se restringirem à esfera das relações familiares e ao fato de não mais dependerem integralmente do companheiro.

Relato de (A): *“Tá é melhor, eu acho. É a oportunidade que elas tiveram, porque elas não tinham, além do marido, assim, eu acho. Porque na época de minha mãe e minha avó, a mulher era para cuidar dos filhos, do marido e da casa, e só. Agora ela tem muita oportunidade para trabalhar, viajar, a mentalidade*

delas, né? Foram até orientadas pelos pais de que mulher era para cuidar da casa, dos filhos e do marido.”

Assim, em comparação com a realidade vivida por suas mães, a maioria avalia que foram muitas as melhorias as condições de vida das mulheres da atualidade, pois suas mães não tiveram tantas opções de trabalho fora de casa. Os relatos evidenciam uma associação direta entre o processo de independência e a disponibilidade de empregos fora do ambiente familiar ou doméstico, ou seja, ao fato de poderem trabalhar fora de casa.

Relato de (J): *“Eu acho que estão em melhor condição. Porque antes o desemprego para a mulher era maior e agora não.”*

Relato de (D): *“Assim, na parte de trabalho de primeira as mulheres não estavam saindo para trabalhar, por exemplo, aqui a gente hoje tem as empresas pra gente trabalhar e pra mulher não. Era só um meio de trabalho para o homem e não tinha para a mulher, então a mulher ficava em casa e aí só tinha para o homem. Eu vejo hoje em dia a minha vida mais fácil. Até porque hoje em dia eu tenho a oportunidade de trabalhar e no tempo dela [a mãe] não tinha como ela sair para trabalhar.”*

Relato de (B): *“A minha mãe não trabalhava não, era só em casa mesmo, cuidando dos filhos e na roça. Achava mais ruim porque era só esperar o dinheirinho ali das coisas da chuva mesmo quando ela plantava.”*

Relato de (C): *“Olha, antigamente, mudou muita coisa, mais eu acho assim, que tem muita diferença agora, talvez a mulher entrou no mundo do homem e faz tudo que o homem faz. Mas ela assim, tem uma opção diferente que o homem resolvia muitas coisas para ela, hoje ela tem que resolver, tem coisas que a mulher não quer resolver, quer botar para o homem e não tem um homem do lado dela para ajudar ela então, eu no caso, sinto falta de um parceiro porque tem algumas coisas que um parceiro ajuda. Então a mulher ela é diferente, ela mudou bastante. Assim, no caso, eu acho que antigamente era melhor as coisas para mim, porque eu tinha oportunidade de outras coisas para mim. Em relação a agora até o direitos da gente não estão sendo usado com rigor realmente. Eu acho que antigamente não tinham, aí não tinha. Na época de minha mãe era melhor, porque na forma que ela vivia era melhor, neste sentido das leis porque não tinha tudo bem não tinha, mais hoje tem e não usa.”*

Relato de (G): *“Melhor. Até meu elogio está avançado porque geralmente mulher não trabalhava, o marido não deixava sair de casa. Pra a vista de antigamente e de hoje é que antes casou, eu casei e o meu dever é uma casa, hoje não. Hoje eu me sinto assim, da época de minha mãe, ela nunca trabalhou em lugar nenhum. Hoje a gente já se expandiu, né? Eu acho que assim, daqui a uns dois a três anos as mulheres vai ser em primeiro lugar, vai ser presidenta.”*

Relato de (D): *“[Antes de trabalhar na fazenda] Era bem mais difícil.” “Não, assim. Antes a gente trabalhava em outras roças e dependia da gente para se*

descolar. Aí era mais longe pra ter que trabalhar e nem sempre tinha serviço pra gente e agora, depois dessa fazenda de uva, tá bem mais fácil.”

A maioria das mulheres continua associando a maior transformação de suas vidas com a saída do ambiente doméstico para o trabalho fora de casa, justificando a necessidade de sustento financeiro pessoal e familiar. De acordo com as participantes, os principais motivos que levam a mulher a buscar uma atividade de trabalho fora do ambiente rural familiar (sair da roça) são:

1. Preocupação em complementar o orçamento familiar e ajudar a família (filhos em primeiro lugar) com a compra de alimentos, roupas e material para o estudo;
2. Necessidade de realizar tarefas que envolvem um tipo de responsabilidade diferente daquela implicada no trabalho de cuidar dos filhos em casa (que não é uma atividade para a vida toda no contexto de redução do número de filhos);
3. Necessidade de conquistar seu dinheiro e decidir quanto ao seu uso, sem depender de pais, parentes ou marido.

Relato de (F): *“O primeiro emprego de contrato que eu fui trabalhar foi na Tibaúba [fazenda produtora de uva de mesa e manga] e ele não queria porque nessas obras assim porque ele disse que tinha muita mulher assim, assim, e não sei o que. Aí eu, homem, quer saber de mais? Eu vou para lá, eu vou trabalhar para ganhar meu dinheiro, eu não vou ficar atrás de nada com homem não. Aí eu*

fui, fiz o contrato e fui trabalhar. Depois desse dia para cá, pronto, ele não se importou mais não que eu fosse trabalhar.”

III.8.1 – A melhoria das condições de vida de filhos e companheiros.

As mulheres participantes, em sua maioria avaliam positivamente o seu emprego na fazenda de uva de mesa e dizem gostar do que fazem. Também avaliam de forma positiva a relação com seus chefes (proprietários da fazenda) e dizem se sentir bem com relação ao tratamento oferecido. Avaliam bem o fato de serem pagas de forma regular, e comparam sua realidade com a vida anterior, marcada pela impossibilidade de prever a existência de dinheiro “certo” todo mês para comprar comida, material escolar, para atender outras demandas dos filhos e demanda própria, pessoal.

Avaliam e julgam que conquistaram uma etapa pessoal importante com o trabalho, mas não querem que seus filhos tenham o mesmo trabalho na fazenda que elas. Esperam que seus filhos estudem e busquem um futuro “melhor” que o delas.

A educação é a alternativa escolhida pelas mulheres como perspectiva de melhoria de vida de seus filhos e delas próprias. Em termos de projeção do futuro de seus filhos, elas avaliam negativamente a sua condição de vida atual e atribuem esta situação ao baixo nível de estudo, ao abandono do estudo ou ao fato de não terem completado seus estudos. Não querem isso para seus filhos e

esperam que os mesmos tenham mais oportunidade de trabalho e um maior leque de opções de emprego, caso finalizem os estudos.

Relato de (J): *“A mulher assim, só consegue emprego melhor se estudar muito. Se passar em algum concurso ou se formar em alguma coisa.”*

Relato de (A): *“Eu espero que eles tenham um futuro melhor que o meu. É o que eu mais quero para eles é um futuro melhor. Quero que eles estude, porque eu não tive oportunidade de estudar, e tenham um bom emprego. É melhor que o meu emprego de deslocar tão cedo e chegar tão tarde.”*

Relato de (D): *“Eu quero que ele tenha uma vida melhor. Hoje eu não pude assim, eu não tive uma condição de vida não dava pra fazer uma faculdade, mas eu não quero que eles tenham o mesmo, comecem os estudos e fiquem sem terminar. Eu quero cada vez mais o melhor para eles.”*

Relato de (G): *“Melhor do que o meu. Acho que quando ele chegar à faculdade, mesmo que eu não tenha tantas condições de dar um estudo para ele, mas que o governo já tenha mais, a tecnologia já tenha mais avançado assim, que tenha mais oportunidade. Agora é pra ter porque entrei mais na internet e gostei muito.”*

Mesmo quando a visão das participantes é direcionada para a realidade de vida de suas filhas, a principal preocupação está voltada ao namoro e as

conseqüências de uma futura gravidez, mas principalmente porque isso poderia inviabilizar a continuação e a conclusão dos estudos.

Relato de (A): *“Não. Ela parou porque é longe de onde ela mora, aí ela ficou muito enjoada e um pouco doente no início da gravidez. Aí ela parou, né? Ela disse que quer, aí eu não sei se ela não quis. Quando ela engravidou ela ficou toda enjoada e depois ela mesma não quis. Mas agora ela disse que quer.”*

Há uma variedade de formas de relações quando são discutidas as ligações matrimoniais, que requer estudos específicos para seu melhor entendimento. No presente estudo identificou-se que a maioria das entrevistadas mantém relação continuada com um companheiro, não necessariamente firmada em contrato matrimonial, mas que resultaram na construção de um núcleo familiar com filhos.

Ao ser apresentada a pergunta sobre qual é o futuro que as mulheres esperam para seus companheiros, as participantes tiveram dificuldade de explicitar o que pensavam, não conseguindo responder da mesma forma clara e detalhada com que responderam a mesma questão em relação aos filhos. É possível interpretar que, em linhas gerais, as respostas enfatizam o fato de que esperam que a relação com os companheiros permaneça satisfatória, para o que não deverá haver interferência nas atividades de trabalho desenvolvidas pelas mulheres e deverá haver apoio na educação dos filhos. Algumas respostas

apenas registram que o companheiro é bom e mencionam o desejo de que tudo continue a correr bem. São exemplos:

Relato de (H): *“Ele, assim, ele é muito trabalhador, meu marido, Graças a Deus. Não me judia nem a meu filho, Graças a Deus também. Quero que ele cresça cada vez mais.”*

Relato de (B): *“Que ele seja feliz comigo e meus filhos dentro de casa mesmo. É, e dos bichos [filhos] que nós cria também.”*

Algumas participantes indicam haver uma relação conjugal equilibrada e satisfatória ao responderem questões sobre compartilhamento de atividades domésticas, sobre responsabilidades educativas dos filhos, e sobre apoio emocional à mulher para que ela trabalhe fora de casa.

Relato de (H): *“Não. Assim, eu não sei. Tem homem que faz mas não faz iguais. Mas tem homem que faz muito mais do que as mulheres, porque nem toda mulher é igual uma a outra, né? Assim, por exemplo, meu marido ele não sabe fazer quase nada de casa, já o seu Geraldo aqui, ele é muito... ele faz tudo dentro de casa, diferente, né? Cada um tem o seu jeito.”*

Relato de (G): *“Quando a gente se conheceu, ele já me conhecia trabalhando, então tenho opção, se é pra trabalhar.. Eu trabalhava de vendedora nessa época, então eu só vinha em minha casa no final de semana, chegava na*

sexta e voltava no sábado. A gente se casou e continua do mesmo jeito, ele me apóia em tudo que faço, o cabeça nem é ele, sou eu.”

Algumas mulheres relataram ter um companheiro que se tornou parceiro ao dividir as atividades de cuidado dos filhos (acompanhamento escolar) e assumir algumas atividades domésticas na ausência da mulher, sendo que, geralmente, são tais companheiros que também apóiam as mulheres quanto a trabalharem fora de casa. Quando questionadas sobre os homens poderem fazer tarefas domésticas, a maioria das mulheres acha que os homens podem fazer, no entanto, não fazem por inúmeras razões entre elas: preconceito, pré-julgamento de não saber fazer, ou rejeição. Um exemplo de resposta:

Relato de (D): *“Não. É sempre a mulher que tem mais assim, aquele hábito de saber o que tem que fazer e o que não tem. O que é certo e o que não é.”*

No entanto, também há depoimentos que demonstram certa resistência ao compartilhamento de responsabilidades e ao apoio à mulher para trabalhar fora de casa. Uma entrevistada se manifestou com a afirmação transcrita a seguir.

Relato de (B): *“Porque os homens não gostam de fazer as coisas que as mulheres fazem não. Tem uns que dizem que serviço de casa é para mulher, não é para homem não.”*

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção de apresentar os resultados valendo-se de recortes de falas das entrevistadas que ilustram as categorias de análise construídas a partir da entrevista foi utilizada pela clareza que proporciona, ainda que dificulte a apreensão de alguns processos mais gerais que estão em jogo. Na presente seção de conclusões alguns pontos serão retomados com o objetivo de enfatizar os aspectos mais significativos referidos no conjunto de resultados da pesquisa.

De início, vale assinalar que há relação anterior das mulheres com o meio rural, pois a maioria relata já ter trabalhado em unidades produtivas de menor porte, consideradas familiares (roças), ajudando a família no cultivo para a própria subsistência ou para o sustento financeiro da família. Essa relação traz um sentido de conhecimento sobre a produção rural que pode ter influenciado a busca de outras atividades também ligadas à agricultura como no caso do estudo – o trabalho em fazenda de uva de mesa.

Os motivos para trabalhar fora do ambiente familiar estão fortemente relacionados às demandas que o indivíduo, a partir das informações sobre a realidade social na qual vive, vai construindo como possíveis e realizáveis no âmbito de sua própria realidade, da sua própria vida, e guardam relação com as limitações que conseguem perceber no seu cotidiano.

Algumas dessas demandas, que podem ser percebidas a partir das entrevistas, são: independência financeira, autonomia de ação, valorização do próprio trabalho, valorização ou afirmação da própria imagem como ser humano capaz de enfrentar desafios. Esse último aspecto está ligado ao cotidiano conjugal e familiar no qual, muitas vezes, não são valorizadas as ações típicas do trabalho doméstico, assim como aquelas que envolvem os cuidados com os filhos, reforçando o sentido de invisibilidade do trabalho feminino. As ações de trabalho realizadas externamente ao ambiente doméstico parecem ter mais valor, por estarem voltadas à produção de bens físicos (como a uva), além de serem remuneradas.

A divisão sexual do trabalho é entendida como fator divisor de oportunidades e inviabilizador de crescimento profissional e salarial, mesmo que não seja percebida pelas mulheres como algo que acontece nas fazendas de uva de mesa. A percepção relatada é a de que, no mesmo nível de funções, tanto homens como mulheres ganham os mesmos salários e não há desigualdade entre ambos.

Há reconhecimento de uma separação de atividades em termos de esforço físico exigido, com as entrevistadas aceitando a idéia de que exercem atividades mais leves. Mesmo que a justificativa apresentada em termos de esforço físico seja a única razão, há outra justificativa desta separação que é a do estereótipo da mulher caracterizada pela fragilidade e, que viabiliza sua escalação apenas para determinadas formas de trabalho, sempre limitadas.

As mulheres relatam que há oportunidade de diversificação de atividades, pois em períodos de alta estação (maior necessidade de produtividade) elas assumem funções diversas para atender o nível de produtividade necessário, o que já foi destacado anteriormente no texto. Mesmo sendo verdadeiro o que elas dizem, sua visão de diversidade de oportunidades está circunscrita a atividades como raleio ou colheita, ou seja, trabalho no campo. Não está no horizonte das entrevistadas qualquer perspectiva de progressão para outras ocupações na empresa, principalmente para modalidades de trabalho exercido fora do ambiente de produção do campo. Quando questionadas sobre a atuação de mulheres em outras áreas funcionais, como cargos de chefia, as entrevistadas não vislumbram essa alternativa para si próprias, como possibilidade de mudança de ocupação e de projeção salarial.

As mulheres participantes cresceram aprendendo que faz parte de sua “constituição” a necessidade de serem mães e esposas e se dedicarem aos cuidados cotidianos com seus filhos e maridos, pois em tais atividades elas tem, naturalmente, competência, entendimento e habilidade superiores às de qualquer homem. Uma das implicações de tal concepção é a de que elas sempre devem sentir uma inclinação para tais atividades, tanto porque elas são mulheres, como porque essa inclinação é essencial para a confirmação de sua natureza feminina. Assim sendo, mulheres que pretendem não se dedicar apenas às atividades de mãe e esposa podem ser desqualificadas, tal como exemplificado por Silva Neto; Fasolo; Canever, (2007).

Não é difícil compreender que, em decorrência do que foi dito acima, estabeleceu-se o preconceito sexista por parte dos homens, em decorrência do qual não aceitam assumir as atividades domésticas, posto que elas são vistas – preconceituosamente, como já foi assinalado - como inferiores (como assinalado por Sorj, 2004; e por Saffiotti, 2004). Os relatos evidenciam a força da assimetria de gênero tal como manifestada nessa divisão de atividades, quando muitos maridos ou companheiros assumem a posição socialmente sancionada de pressionar a mulher a ficar em casa cumprindo atividades domésticas e cuidando dos filhos.

No entanto, há indicativos de mudança nessa relação, principalmente aqueles presentes em alguns depoimentos em que as mulheres afirmam receber apoio por parte dos companheiros ou maridos para trabalharem fora de casa. Outro indicativo de mudança na assimetria nas relações de gênero marcadas pela dominação masculina é o aumento da participação dos homens no cuidado com os filhos devido à divisão do tempo das mulheres entre o trabalho na fazenda e trabalho doméstico.

A percepção de outras mulheres sobre a condição das entrevistadas é especialmente interessante em termos do que evidenciam sobre a formação cultural ser tão marcante a ponto das próprias mulheres reforçarem a divisão dos papéis sociais e das atividades de trabalho, admitindo como processo natural que o poder masculino seja maior. Na visão dessas mulheres que não exercem

trabalho remunerado, todas as mulheres deveriam se dedicar ao exercício exclusivo de atividades de cunho reprodutivo.

As entrevistadas afirmaram com clareza a existência desse tipo de crítica, partindo dessas outras mulheres que as julgam de forma negativa por estarem oferecendo ameaça aos seus maridos ou companheiros, tema que foi explorado com propriedade por Cordeiro (2006), tal como foi citado na introdução do presente estudo. Acrescenta-se aí a visão, que favorece estereótipos sobre as mulheres que trabalham fora de casa, de que elas promovem a desordem na ordem reprodutiva consolidada. É o próprio preconceito sexista assumido por mulheres de um determinado grupo.

A alternativa da educação é apresentada como condição de melhoria de vida para seus filhos, sendo freqüentes nos relatos as lamentações pelo fato delas mesmas não terem vivido em contexto que favorecesse a continuidade dos estudos (por terem vivido uma realidade na qual diversos fatores desestimulavam a permanência na escola, como aqueles arrolados por Siliprandi, 2004, e citados na introdução do estudo). As entrevistadas entendem que a educação proporciona benefícios para o futuro profissional e salarial e, no caso das mulheres, também proporcionam melhores condições competitivas para a conquista de espaços socialmente limitados pelas questões de preconceito.

Pode-se inferir pelo estudo realizado que, mesmo em condições tão adversas como aquelas que caracterizam o sertão nordestino, as mulheres trabalhadoras rurais encontraram oportunidades que transformaram suas vidas e

possibilitaram o desenvolvimento de potencialidades que conduziram a um processo de afirmação e de empoderamento em seu cotidiano. As etapas de suas vidas indicam pontos de transformações ao demonstrarem que vieram de um ambiente rural, com perspectivas voltadas à subsistência de suas famílias e, adquiriram outras perspectivas quando passaram a trabalhar fora de casa, podendo ser assinalada a transformação ainda maior na comparação com a realidade de suas mães que trabalhavam em casa e para a família sem terem as oportunidades de trabalho remunerado externo ao lar e que viveram restrições ainda maiores em relação à escolarização. É possível dizer que observou-se na prática um exemplo do que Kabeer (2003) classifica como mudança, por meio de ações que contribuem para reduzir a desigualdade de gênero e gerar empoderamento feminino, nas condições de pobreza das mulheres, tanto em termos de privação material, como em termos de pobreza simbólica indicada por ausência de poder, aspectos esses que são interligados.

Houve, assim, transformações de ordem pessoal e social envolvendo questões mais amplas tais como tomada de decisões próprias, ampliação das relações sociais, aquisição de outras visões sobre o mundo, contribuição ativa no provimento da família, e autonomia de controle de recursos financeiros que elas próprias geraram. Isso não ocorreu como processo linear e sem dificuldades. Pelo contrário, foram muitas as contradições vividas pelas mulheres entrevistadas, foram muitas as ocasiões de questionamento sobre a adequação das opções feitas, assim como eventuais dilemas sobre a sua própria feminilidade, ou seja, sobre a própria identidade feminina. Além de dilemas como os que foram

apontados, algumas participantes sofreram também o peso de cobranças para retornar à condição de mulher exclusivamente doméstica e “alienadamente” submissa – cobranças essas feitas diretamente por companheiros, por parentes e até por outras mulheres de suas relações que não se sentiram em condições de fazer as mesmas escolhas.

Essas mudanças ocorreram em um período que pode ser considerado como equivalente ao de uma geração, e estão diretamente associadas com as transformações no perfil econômico da região, cuja consolidação é bastante recente (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006). Os dados obtidos podem ser considerados como flagrantes de alterações na identidade feminina que estão em processo e que evidenciam como a disponibilidade de oportunidades pode proporcionar às pessoas envolvidas um padrão de desenvolvimento pessoal que as torna quase irreconhecíveis a si próprias em pouco tempo, e que, simultaneamente, cria novos padrões de relações sociais menos coercitivas.

É fato que as dificuldades vividas pelas participantes ainda são muitas e que seus projetos apresentam-se bastante limitados, mas a oportunidade de conhecer um pouco do que ocorreu com as mulheres da região de Petrolina que colaboraram com o presente estudo permitiu identificar diversos aspectos em que suas vidas se aprimoraram, o que é vivido por elas com o orgulho possível e com os conflitos ainda hoje inevitáveis, e permitiu formar uma convicção de que há muitos outros aspectos no universo dessas mulheres que valeria a pena investigar de imediato, enquanto eles estão acontecendo, se formando, se multiplicando.

V - REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BACELAR, T.A. Herança de diferença e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, 11 (29), p. 07-36, 1997.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, 34 (123), p.573-582, 2004.

BRANCO, A.M.; VAINSENER, S.A. Gênero e globalização no Vale do São Francisco. **Trabalhos para discussão**, 116. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, n 116, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/116.html>>. Acessado em: 10/09/2009.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. Mulheres e homens no mercado de trabalho: um retrato dos anos 1990. In: Maruani, M.; Hirata, H. (Orgs.). **As Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, p. 323-356, 2003.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. Mulheres, trabalho e família. **Séries Históricas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html>. Acessado em: 25 de maio 2010.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, E.; MERCADO, C.M.; Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CAVALCANTI, J.S.B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, 11 (29), p. 79-93, 1997.

CAVALCANTI, J.S.B.; MOTA, D.; SILVA, P. Novas Dinâmicas Global/Local: Empresa, Agricultores Familiares e Trabalhadores nos Novos Contextos de Frutas Tropicais. In: **XXIV International Congress of Latin American Studies Association. The Global and The Local**. Rethinking Areas Studies, Dallas, 2003.

CAVALCANTI, J.S.B.; MOTA, D.; SILVA, P. Novas dinâmicas global/local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.L.M. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, p.79-99, 2006.

CORDEIRO, R.L.M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.L.M. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, p.145-171, 2006.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Histórico e vantagens**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/irrigacao/historico-e-vantagens-1>, Acessado em 21 de dezembro de 2009.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Departamento de Marketing da 3ª Superintendência Regional de Petrolina**. 2010.

DIOGO, M.F.; MAHEIRIE, K. Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 11 (2), p. 257-272, 2008.

DEERE, C.D.; LEÓN, M. **Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina**. Porto Alegre: Sociologias, n. 10, p. 100-153, 2003.

Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho – DIPSNC. **Histórico**. <<http://www.dipsnc.com.br/?sessao=historico>> 2009.

EMBRAPA Meio Ambiente. **O Vale do São Francisco**. <http://www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/regiaosf.html> 2001.

FALCI, M.K. Mulheres no Sertão Nordestino. In: Del Priore, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FISCHER, I.R.; MELO, L.A. **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1996.

FISCHER, I. **A trabalhadora rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 2000.

FISCHER, I. R.; MARQUES, F. Gênero e exclusão social. **Trabalhos para discussão, 113**. Recife: FUNDAJ, 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acessado em 15/09/2009.

FONTES, E.M.M. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 53-78, 2006.

KABEER, N. **Gender mainstreaming in poverty eradication and the Millennium**. Canada: Commonwealth Secretariat, 2003.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LISBOA, T.K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo Gênero 8 – Anais**. Florianópolis, 2008.

LUSA, M.G. A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero na agricultura familiar: da subalternidade e exclusão social à emancipação das mulheres agricultoras através das políticas públicas. **Fazendo Gênero 8 - Anais**. Florianópolis, 2008.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, 18 (1), p. 49-55, 2006.

OLIVEIRA, M.L. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

QUINTAS, F. **A mulher e a família no final do século XX**. Recife: Fundaj, 2005.

SAFFIOTTI, H. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J.W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SILIPRANDI, E. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.) **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 121-135, 2004.

SILVA, C.; PORTELLA, A.P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Orgs.) **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: Universitária da UFPE, 2006.

SILVA NETO, J.A.; FASOLO, L.R.; CANEVER, M. Casal e dinheiro: convivendo com mudanças de gênero. In: STREY, M.N.; SILVA NETO, J.A.; HORTA, R. (Orgs.). **Família e Gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 238-258, 2007.

SOBEL, T.F.; ORTEGA, A.C. **Desenvolvimento Territorial e Perímetros Irrigados**: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). Apresentação Oral, UFU, Uberlândia, MG.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, G.H.F.; BRITO, R.A.L.; NETO, J.D.; SOARES, J.M.; NASCIMENTO, T. Desempenho do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, 05 (02), p. 204-209, 2001.

STREY, M.N. Gênero. In: JACQUES, M.G.C.; STREY, M.N.; BERNADES, N.M.G.; GUARESCHI, P.A.; CARLOS, S.A.; FONSECA, T.M.G. (Orgs.) **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2008.

STREY, M.N. Gênero, família e sociedade. In: STREY, M.N.; SILVA NETO, J.A.; HORTA, R.L. (Orgs.). **Família e gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

STROMQUIST, N.P. Convergência e divergência na conexão entre gênero e letramento: novos avanços. **Educação e Pesquisa**, 27 (02), p. 301-320, 2001.

TESTONI, R.J.F.; TONELLI, M.J.F. Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. **Psicologia & Sociedade**, 18 (1), p. 40-48, 2006.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, n. 24, p.127-152, 2005.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

XAVIER, L. F.; COSTA, R. F.; COSTA, E. F. Adoção de tecnologias poupadoras de água na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco: uma comparação entre percepções de colonos e empresas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 44 (2), p. 219-241, 2006.

Figura 1:

<http://www.bing.com/images/search?q=vale+do+s%C3%A3o+francisco&go=&form=QBIR#focal=b88dd85029c24e60a3e4fd4588b8a11e&furl=http%3A%2F%2F2.bp>

blogspot.com%2F_glyLfBk9Cic%2FSmkfa1c_zfI%2FAAAAAAAAAAJ88%2FZ_T2MS-8Nes%2Fs400%2Fmapa_bacia%2BS%2BFrancisco.gif

Figura 2: www.sober.org.br/palestra/9/75.pdf

Figura 3: Fotos cedidas pelo proprietário da Fazenda Águia do Vale – Petrolina, PE.

VI – APÊNDICE

Anexo A - Questionário de orientação:

Orientação sobre as cores das questões:

As cores representam categorias de perguntas.

Ao fazer uma pergunta: o entrevistador deve observar as questões da mesma cor para que não haja repetição de respostas.

- 1) Idade:
- 2) Origem (nascimento): Caso não seja da região – origem e por que veio?
- 3) Escolaridade:
- 4) Renda familiar? **Favor marcar a opção abaixo:**

| Reais mensais (R\$) | Salários mínimos | Marcar com (X) |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Até 50,00 (1)s | Até ¼ (1) | |
| Mais de 50,00 a 100,00 | Mais de ¼ a ½ | |
| Mais de 100,00 a 200,00 | Mais de ½ a 1 | |
| Mais de 200,00 a 400,00 | Mais de 1 a 2 | |
| Mais de 400,00 a 1 000,00 | Mais de 2 a 5 | |
| Mais de 1 000,00 | Mais de 5 | |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Inclusive sem rendimento.

- 5) Quantos filhos:
- 6) Função na fazenda:
- 7) Quanto tempo trabalha na fazenda:

8) Trocou de emprego alguma vez nos últimos três anos? **TRANSFORMAÇÃO**

PESSOAL E TRABALHO

9) O que você pensa sobre o seu emprego?

10) Você sente que tem ou teve opção na escolha deste trabalho? Por quê?

TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E TRABALHO

Orientação sobre o sentido das perguntas 11 a 13:

1) A pessoa deve comparar a sua vida em momentos antes e depois de começar a trabalhar na fazenda. 2) Deve ficar claro esta separação. 3) O entrevistador deve observar se a resposta contém informações da questão seguinte. Caso sim, favor não repetir a pergunta.

11) Como era sua vida antes de você ter começado trabalhar aqui na fazenda de uva de mesa? Você pode mencionar tudo de maneira livre.

TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E TRABALHO

a) Com seu marido?

b) Com seus filhos? **TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E TRABALHO**

12) Fale-me coisas boas e ruins sobre sua vida **quando você não trabalhava** na fazenda? **TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E TRABALHO**

a) Com seu marido?

b) Com seus filhos?

13) Fale-me coisas boas e ruins sobre sua vida **depois que você começou a trabalhar** na fazenda? **TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E TRABALHO**

a) Com seu marido?

b) Com seus filhos?

14) Você acha que tem diferenças entre o trabalho de homens e mulheres na fazenda em que você trabalha? Quais são as diferenças que você percebe?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

15) No trabalho, algum dia você sentiu algum tratamento diferente entre homens e mulheres?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

16) As mulheres estão em condição melhor ou pior que antigamente? Em quais sentidos?

TRANSFORMAÇÃO DE GÊNERO

17) Compare sua vida de trabalho com a vida de trabalho de sua mãe? Quais são as diferenças?

TRANSFORMAÇÃO DE GÊNERO

18) É mais fácil ser “mulher” do que ser “homem” no ambiente de trabalho? Por quê?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

19) O que as mulheres, que não trabalham, pensam sobre você que trabalha?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

20) Caso tenha companheiro: O que o seu companheiro pensa sobre você trabalhar fora de casa?

RELAÇÕES DE GÊNERO E IGUALDADE

21) No trabalho, você acha que as mulheres podem ser chefes de homens? Por quê?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

22) Como os homens tratam estas mulheres que são chefes?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

23) Você acha que mulheres podem dirigir tratores? Por quê?

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E IGUALDADE

24) Qual é o futuro que você quer para seu(s) filho(s)?

RELAÇÕES DE GÊNERO E IGUALDADE

- 25)** Qual é o futuro que você quer para sua(s) filha(s)? **RELAÇÕES DE GÊNERO E IGUALDADE**
- 26)** Caso tenha companheiro: Qual é o futuro que você quer para seu companheiro? **RELAÇÕES DE GÊNERO E IGUALDADE**
- 27)** Você acha que os homens conseguem fazer as mesmas coisas que as mulheres em casa? Por quê? **RELAÇÕES DE GÊNERO E IGUALDADE**
- 28)** Você recebeu apoio de seu marido para começar trabalhar fora de casa? Caso sim, como foi este apoio? Caso não, por que ele não apoia? **RELAÇÕES DE GÊNERO E IGUALDADE**
- 29)** O que você faz com o dinheiro que você ganha no trabalho da fazenda? **AUTONOMIA FINANCEIRA E INDEPENDÊNCIA**

Orientação: A pergunta nº 30 deve ser lida e a resposta deve se enquadrar nas opções em seguida.

- 30)** Como são as decisões sobre o uso do dinheiro que você ganha? **AUTONOMIA FINANCEIRA E INDEPENDÊNCIA**
- a) Eu tomo a decisão sozinha e quando quero;
 - b) Eu tomo a decisão sozinha, pois o dinheiro que ganho é só para mim;
 - c) Antes de gastar eu consulto o meu companheiro ou membro da família;
 - d) Eu não decido, pois o meu companheiro é quem controla o dinheiro;
 - e) Eu não tenho como decidir, pois gasto todo o meu dinheiro em gastos com a casa e família;

31) Caso tenha companheiro: O seu companheiro tem ciúmes de você trabalhar fora de casa? O que aconteceu após esta situação? **RELAÇÕES DE**

GÊNERO E IGUALDADE

32) Caso tenha companheiro: O seu companheiro já teve ciúmes de você trabalhar fora de casa? O que aconteceu após esta situação? **RELAÇÕES DE**

GÊNERO E IGUALDADE

Orientação: A pergunta n° 34 deve ser lida e marcado a opção em seguida.

33) Você participa de algum destes grupos? **EMPODERAMENTO FEMININO**

- a) Grupos de movimento agrícola;
- b) Grupos de movimento feminino;
- c) Grupo religioso;
- d) Associação de bairro;
- e) Associação comunitária;

34) Caso sim: **EMPODERAMENTO FEMININO**

- a) Por que resolveu participar deste grupo?
- b) Este grupo já te ajudou de alguma maneira?
- c) Você tem momentos que decide sobre questões destes grupos?
- d) Quais coisas boas você sente que este grupo te oferece?

35) Caso não: **EMPODERAMENTO FEMININO**

- a) Por que não participa de um grupo?
- b) Qual grupo você gostaria de participar? E Por quê?